

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2022**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se na Sede da Junta da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, na União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 20.04.2022-----

**ABERTURA** -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

**PRESENCAS** -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, em substituição de Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Gada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Tesoureiro da Junta de Freguesia de Avões, em substituição do seu Presidente Britiande, Cambres, Ferreirim, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, em substituição do seu Presidente, Figueira, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'El Rei-----

**AUSÊNCIAS** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as faltas dos membros Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos e dos Presidentes de Junta de Avões e Ferreiros de Avões.-----

**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Interveio o **Presidente da Assembleia** para afirmar que esta é mais uma Assembleia Municipal descentralizada, a exceção de Lamego, naturalmente, vai acabar por ter mais que uma Assembleia, mas em todas as restantes freguesias, ter-se, pelo menos até ao final do mandato uma sessão da Assembleia em cada uma. Por isso, os senhores Presidentes de Junta que, com quem ainda não falou para se fazer a sessão

descentralizada na sua freguesia, não se preocupem, pois a ideia é cumprir-se este objetivo de fazer uma em cada freguesia, até ao final deste mandato. -----

Agradeceu a todos os serviços, quer da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e do Município, todo o trabalho de instalação desta Assembleia neste espaço, sabe que não é fácil, tem que se adaptar sempre a diferentes salas, diferentes condições, mas crê que estão asseguradas condições excelentes para se poder fazer esta Assembleia descentralizada.-----

Deixou uma palavra ao público em geral, designadamente às pessoas de Bigorne, Magueija e Pretarouca que aqui estão hoje presentes, uma saudação especial, um obrigado por receber esta Assembleia, tão bem nesta freguesia.-----

### 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para prestar duas informações, primeira, como todos sabem, decorreram nos passados dias 23, 24, 25 de abril as comemorações do 25 de Abril, essas comemorações tiveram como anfitriã a Assembleia Municipal, portanto, não pode deixar de agradecer, designadamente aos representantes dos grupos municipais pelo trabalho que tiveram no delinear e na execução daquele vasto programa. Um agradecimento também especial ao executivo camarário que possibilitou que se tivesse boas condições para se poder cumprir o programa que se fez e também às entidades envolvidas, permitam-lhe que as cite: Academia de Musica de Lamego, Ténis Clube de Lamego, CTOE, a Banda Marcial de Cambres, Associação Desportiva de Avões e a Associação Lamego Bike. Um agradecimento muito especial a estas entidades, que se envolveram na organização do 25 de Abril.-----

Uma segunda informação e que coloca à consideração da Assembleia Municipal, que tem que ver com Comissão Proteção de Crianças Jovens em Perigo de Lamego, pois a Mesa da Assembleia recebeu no dia 4 de março um ofício a solicitar a recondução de um dos membros da CPCJ designados pela Assembleia Municipal, designadamente a Dra. Hermínia Alves Gonçalves Loureiro, que o leu e se transcreve na íntegra:-----

*“Conforme previsto na alínea l) do Artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, integram esta CPCJ quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal.-----*

*Segundo a recomendação da CNPDPCJ, no fina do primeiro e segundo mandato de cada membro, deve a CPCJ informar a entidade que os designou, nos três meses anteriores ao termo, esclarecendo que o mesmo poderá continuar.-----*

*Encontra-se nesta situação o membro designado por esta Assembleia Municipal, Hermínia Alves Gonçalves Loureiro, cujo primeiro mandato termina em 30.04.2022, pelo que se solicita informação sobre a manutenção da designação do referido membro nesta CPCJ.--*

*Mais se informa que não sendo dada resposta em tempo oportuno, considerando para tal, os dez dias posteriores à próxima reunião ordinária Municipal, será considerado tacitamente na manutenção da designação do membro em questão.*-----

Disse que, contactado o membro em questão, manifestou-lhe que há interesse da CPCJ em manter e a pessoa também quer continuar. Assim colocou à consideração da Assembleia, caso se entenda existir algum tipo de obstaculização nesta recondução, ter-se-á na próxima Assembleia Municipal designar um novo membro. Caso contrário basta não se dizer nada, para que essa recondução se opere automaticamente. -----

Perguntou se há algum pedido de intervenção ou esclarecimento sobre esta questão.-----

Não houve qualquer intervenção, informou que se vai comunicar a CPCJ desta não oposição à manutenção.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para informar que deram entrada na Mesa duas moções e uma recomendação, do representante do grupo municipal da CDU, que as leu e se transcrevem na integra:-----

**1.ª “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático.**-----

*Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representou e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.*-----

*Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que a Revolução foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares.*-----

*Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.*-----

*Celebrar abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, é afirmar o caminho que tornou possível rejeitar as perversões e falsificações históricas.*-----

*Abril foi uma revolução. Abril não foi uma “evolução” ou “transição” entre regimes, foi sim um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, que culmina com o derrube do fascismo e do que o suportava.*-----

*Abril foi possível porque foi fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à lutas pela democracia e liberdade, uma luta unitária, personificada por comunistas, e outras democratas e progressistas de uma intensa luta de massas da classe operária da juventude e do povo português.*-----

*Neste contexto comemorar Abril, é também assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas incontornáveis conquistas.*-----

*Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a comemorar Abril é defender e valorizar o poder local, hoje ameaçado, pelo seu subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela*

*ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.*-----

*Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.*-----

*Comemorar Abril é também devolver aos munícipes as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.*--

*O Poder Local democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se cumprirmos os desígnios das vontades populares.*-----

*Assim propomos que a Assembleia Municipal de Lamego, delibere: Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;*-----

*Reafirmar o espírito de serviço público que há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais e benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;*-----

*Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*-----

*Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;*----

*Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas, mediante a vontade popular de cada território envolvido”.*-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer que em relação a estas propostas que o membro Alexandre Hoffmann entregou:-----

No que diz respeito à moção **Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**, é importante fazer algumas recomendações, indo de encontro a um texto, que possa ser consensual.-----

No texto, há algumas expressões que lhe custa aceitar, não fazem sentido, não representam, diga-se a sua forma de pensar. Nomeadamente em relação ao 6.º parágrafo, “Abril foi possível porque foi fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade, uma luta unitária, tirar esta palavra, personificada por comunistas, *tirar esta palavra, não foram só os comunistas, foram todos os trabalhadores, democratas progressistas*, de uma *intensa luta de massas*, tirar esta palavra, ficar *da classe operária da juventude e do povo português*.”-----

*No paragrafo 8.º que começa “Foi pela acção revolucionária”, a palavra revolucionária não está a fazer nada, o resto do parágrafo está bem.*-----

No 2.º parágrafo da segunda folha: *Comemorar abril é também devolver aos munícipes as freguesias que foram liquidadas*, esta frase não faz sentido nenhum, mas sim as freguesias que foram agrupadas, eventualmente contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.-----

Por fim, no ponto n.º 5, “*dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas*”, não faz sentido isto, mas sim “*reavaliar o processo de reposição das freguesias que foram agrupadas, mediante a vontade popular de cada território envolvido*”.

Disse que são estas alterações semânticas que fazem mais sentido. Se forem feitas, a coligação “Somos Lamego” está de acordo, tudo bem, se não forem feitas votará contra.---  
Aproveita a oportunidade para dizer duas coisas: Primeiro uma sugestão, apesar de o regimento o permitir, recomendando aos grupos municipais, de que, quando apresentarem aqui um texto mais elaborado, que obrigue a uma leitura atenta, que se possa entregar, previamente, para que todos possam ler com tempo e se possam pronunciar em consciência e não em cima do joelho. Até porque nesta moção há expressões e palavras que têm sentidos muito discutíveis, e poderão ser consensualizadas.-----

Outra questão, já é mais do âmbito político, sendo engraçado como a CDU, se preocupa com estas questões de abril e que abril é para evidenciar o que foi o fascismo, de rejeitar progressões e falsidades históricas, ser um processo de ruptura com o regime fascista. Abril foi possível, porque foi fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade. Abril é exigir que se cumpra a constituição. E depois tem a posição que tem em relação à guerra da Ucrânia, há aqui qualquer coisa que não bate certo. É “uma no cravo e outra na ferradura”. Falta aqui uma coerência, que é uma coerência democrática, robusta e significativa, que pensa que devia ser mais cuidada pela CDU. -----

Objectivamente, disse que a proposta da coligação “Somos Lamego” é que se corrija as referências que fez, se forem corrigidas estão de acordo, se não votará contra a referida moção. -----

Intervio o **Presidente da Assembleia** para perguntar ao membro Alexandre Hoffmann se aceita estas alterações e quer submeter a moção com estas alterações ou se mantém o texto inicial.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que com as alterações preconizadas, o grupo municipal da coligação “Somos Lamego” o partido Socialista sente-se perfeitamente enquadrado e subscreverá a moção nos termos em que será, logicamente, com os pequenos apontamentos referidos pelo membro José Manuel Correia. Sentindo-se confortável para votar favoravelmente a moção.-----

Intervio o **Presidente da Assembleia** para esclarecer que foram aqui feitas essencialmente, quatro propostas de alteração ao texto inicial, preconizadas pelo membro José Manuel Correia, Primeira proposta, retirar a expressão, no 6.º parágrafo, que implicava as seguintes alterações, retirar a referencia “*unitária*” colocar “*personificada por trabalhadores democratas e progressistas*”, retirar a expressão “*comunistas*” e retirar a expressão “*é uma luta de massas*”, mas sim uma luta da classe operária, da juventude e do povo português”. Perguntou ao membro Alexandre Hoffmann de aceitava esta proposta, ao qual respondeu que não aceitava retirar.-----

A segunda proposta de alteração é retirar a expressão “*revolucionária*” quando se refere à acção no 8.º parágrafo., perguntou ao membro Alexandre Hoffmann se aceitava retirar a expressão, ao qual respondeu que não aceitava retirar.-----

A terceira proposta de alteração, no 11.º parágrafo, retirar a expressão “*liquidadas*” e colocar “*freguesias que foram agrupadas, ainda que contra a sua vontade*”, perguntou ao membro Alexandre Hoffmann se aceitava esta alteração, ao que respondeu que aceitava retirar aquela expressão.-----

A quarta proposta de alteração, no ponto n.º 5 da proposta de deliberação, em vez de por dar “*concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas*”, colocar “*reavaliar o processo de reposição das freguesias agrupadas*” perguntou ao membro Alexandre Hoffmann se aceitava esta alteração, ao qual foi respondido que aceitava retirar aquela expressão.-----

De seguida o Presidente da Assembleia afirmou que estavam trinta e nove membros presentes, há quatro pessoas que justificaram a sua ausência e se fizeram representar. Posto isto colocou a moção com as alterações introduzidas, à votação.-----

**Deliberação.** A proposta de moção foi rejeitada com vinte votos contra, uma abstenção e dezoito votos a favor.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer a seguinte declaração de voto: “*Voto contra, por mais do que as nomenclaturas e as palavras utilizadas, entendo que o processo de reposição das freguesias, deve ser um processo de agrupamento, pois o processo de agrupamento das freguesias foi um processo que na minha ótica, se encontra estabilizado.*-----

*O nosso Município é um bom exemplo, como o processo acabou por decorrer com tranquilidade. Percebo que podem existir situações casuísticas que, eventualmente, tivessem merecido uma reflexão, mas era nesse momento, não agora, parece-me que é um processo que está estabilizado, por isso voto contra*”.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte declaração de voto: “*A coligação “Somos Lamego” votou contra, essencialmente porque, porque este é um documento proposto pela CDU, um documento onde se fez um esforço de consensualização. E este documento tem, claramente, um conjunto de expressões que traduzem apenas e só o pensamento da CDU. Ora sendo um documento subscrito por toda a Assembleia, teria sentido que estas expressões muito típicas, muitas características de um pensamento comunista, possam ser de alguma forma traduzidas em sentimentos que representem o nosso pensamento. Uma vez que o membro Alexandre Hoffmann não esteve disponível para alterar, nomeadamente aqui, nos parágrafos 6.º e depois o 8.º, em relação a que a luta é personificada e não precisa de ser unitária, por todos e todos são todos, comunistas e todos os democratas progressistas, de uma intensa luta de massas, não faz sentido, é a luta do povo português. Também foi pela ação transformadora, não tem que ser revolucionária, é uma ação transformadora. Estas são questões importantes para nós. Por esta razão votamos contra*”.-----

*“Recomendação-----  
 Substituição da Toponímia da Rua 28 de Maio por Rua da Liberdade.-----  
 No âmbito da Revolução dos Cravos, Portugal conquistou a liberdade e a democracia.-----  
 Nesse sentido a Toponímia da Rua 28 de Maio que contorna o Jardim da República, que  
 evoca a data do golpe de estado que viria culminar com o Estado Novo e a ditadura  
 fascista, com a opressão e perseguição política, não tem lugar numa cidade que se quer  
 progressista, livre e democrática.-----  
 Assim delibera a Assembleia Municipal de Lamego o seguinte voto de recomendação ao  
 Executivo Municipal:-----*

*Substituição da Toponímia da Rua 28 de Maio, por Rua da liberdade.-----  
 Instar o Executivo Municipal a acompanhar a deliberação da Assembleia Municipal, assim  
 que possível.-----*

*“Saudação ao 1º de Maio-----  
 Interveio o membro **Paulo Barradas** para dizer que, realmente, não faz muito sentido,  
 depois de quarenta e tantos anos de democracia, ter-se um resquício desses dentro de  
 portas. Dizer que, particularmente, a sugestão que aqui é colocada de substituir, ter essa  
 designação toponímica, por Rua da Liberdade, acha que vai muito bem, pela presença  
 próxima da estátua de Lamego. É aquela estátua que ali está, não é o Lamego, enfim. É  
 uma imagem simbólica, alegórica da cidade de Lamego. Muitos querem trocá-la pelo  
 Lamego, não, é o Lamego, mas é uma imagem simbólica. Não é o romano das quadrilhas.  
 Mas acha que vai muito bem, se esta Assembleia quiser sacudir desta cidade, essa data  
 menos feliz da história de Portugal, por outra que não apontando a data exclusivamente  
 nenhuma, mas para um sentimento, para uma nova maneira de estar, para o novo regime  
 democrático. Pensa que a Assembleia vai muito bem de aprovar esta recomendação da  
 CDU.-----*

*Não havendo mais nenhuma intervenção o **Presidente da Assembleia** colocou a referida  
 recomendação à votação.-----*

**Deliberação:** *A proposta de recomendação foi aprovada por maioria, com trinta e sete  
 votos a favor, um voto contra e uma abstenção.-----*

**Voto de saudação ao 1.º de Maio –Dia Internacional dos Trabalhadores-----**  
*“As lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e  
 internacional, têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da  
 dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores. É, no entanto, necessário continuar  
 a sua justa luta-----  
 É necessário combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta  
 de direitos e garantias, essa instabilidade permanente que compromete o futuro de todos,  
 mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país. -----  
 Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações,  
 nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva,*

*pelo aumento dos salários, pelas 35 horas de trabalho semanal nos sectores público e privado, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria de resposta dos deveres do Estado na Saúde, na Educação e na Segurança Social.*-----

*A CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lamego delibere:* -----

*1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;* -----

*2. Saudar a população, os trabalhadores e a juventude de Lamego que se associarão às manifestações do dia 1º de Maio pela exigência da construção de uma sociedade mais justa e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano.*-----

*Não havendo nenhuma intervenção o **Presidente da Assembleia**, colocou de imediato esta proposta.*-----

**Deliberação** *A proposta foi aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, uma abstenção e um voto contra.*-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para afirmar que como prática da política de descentralização, é ufano para esta freguesia que recebe esta assembleia. Contudo, continuamos a valorizar a falta de pontualidade e conseqüente atraso no início dos nossos trabalhos. É, talvez, uma questão de cultura, pois este órgão municipal está em sintonia com a tradição portuguesa, tarde, devagar e passivos.

Esta cidade idílica viveu num marasmo nos últimos quatro anos, infelizmente continua-se com a mesma postura. Nada de novo no reino lamecense. Até o mais fácil continua por resolver. Provavelmente, uns meses antes do fim do mandato haverá uma azáfama na apresentação de grandiosos projetos que se tornam elefantes brancos, hipotecando as futuras gerações. Contudo, são as pequenas obras que resolvem os problemas dos nossos munícipes. O executivo camarário continua a dar música aos lamecenses no que concerne às tampas dos esgotos em pleno centro da cidade. Aconselho este executivo e os deputados da maioria a viverem naquele local. Os lamecenses sabem muito bem as propostas que temos apresentado. Vou lembrar algumas: feira semanal, estudos do túnel rosa, abate de árvores centenárias e os seus responsáveis, jardim do campo, lâmpadas instaladas no chão e avariadas, rotundas no centro da cidade e o estado lastimável das mesmas, janelas manuelinas a pedirem para serem electrificadas, estacionamento nas ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro. Mais, se houvesse algum conhecimento de História de arte neste executivo, obviamente que as bonecas nos espelhos de água na avenida Alfredo de Sousa teria sido removido e colocado noutra local. O eixo barroco que enobrece o centro da cidade agradece. É lastimável o estado dos referidos espelhos. Para quando a colocação de barreiras na rua da Mazedra, por causa dos aceleras? Referi que as cerimónias do 25 de abril deviam ser parcas e não perdulárias. Não há disponibilidade para custear as colheitas e análises da água das nossas fontes públicas, mas para festas, lanches e almoços há cobertura financeira. A edilidade vai adquirir ou não a obra do pintor António Marques alusiva ao Douro?

Em Lamego acontecem obras de bradar aos céus, como acontece na Av. 5 de outubro e gaveto do largo do Ribeiro e Porta dos Figos. Em Lamego, para impedir atropelos, há personalidades que podem ser úteis no âmbito da política paisagística e embelezamento dos espaços. Não necessitamos da parceria com a Fundação de Serralves. O mais caricato é a famigerada corrida de cavalos e a sua ligação à feira anual de 3 de maio, que não se realiza na cidade. Por falta de segurança, uma das estátuas que embelezam a entrada do Teatro Ribeiro Conceição foi derrubada e não sabemos quem foi ou foram os seus responsáveis. O silêncio sobre os atropelos ao nosso património encoraja os prevaricadores. Que medidas assumiram o executivo para impedir atos de vandalismo-----

Os lamecenses querem que as taxas/ impostos camarários baixem como resposta aos aumentos da inflação, dos combustíveis, da electricidade e do gás.-----

Por fim e isto não é nenhuma diatribe democrática, mas é um ato indecoroso entregarem em cima da hora os documentos que vão ser discutidos e votados em assembleia. Aquela atitude tem uma leitura que colide com os princípios que nortearam o 25 de abril: liberdade, igualdade, responsabilidade e participação cívica. Relembro que o partido vencedor na última eleição autárquica teve a mais uns escassos duzentos votos e este resultado tem uma leitura: respeitar o direito à diferença e permitir tempo de participação aos partidos políticos representados nesta assembleia.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas** para se congratular com todos os cidadãos de Magueija, que hoje franquearam as portas a esta Assembleia e que também estão para participarem, ainda que de uma forma assistencial, nesta Assembleia. -----

Disse não saber bem a quem há-de dirigir a sua intervenção, mas dado que ele também tem que ver com as comemorações do 25 de Abril, e crê que naquilo que vai dizer, houve vontade de alguém, houve decisão de alguém, e houve enquadramento nessas comemorações, portando, diz que distribui a sua interpelação pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Câmara. -----

É claro que as comemorações do 25 de Abril, em Lamego tiveram brilhantismo, daí, congratular-se com isso, e, obviamente, que a Assembleia Municipal está de parabéns, por ter emprestado esse brilho e essa diversidade de atividades às comemorações do 25 de abril. -----

Contudo, todos os momentos dessas comemorações, há um com o qual ele, pessoalmente, não pode concordar e até fere a sua sensibilidade, refere-se à colocação da Chaimite no Parque da Cidade. Disse que teve muito cuidado e foi ver a placa que ali está, onde pode ler que desta forma prestar uma homenagem a todos os militares que se envolveram na cidadania, e realmente, a placa nestes termos, diga-se que, encobre alguma de outra realidade. A primeira dessas realidades a que, eventualmente, a chaimite não tem nada que ver com as tropas que em Lamego estiveram envolvidas nesses feliz golpe de estado. Mas tem que fazer aqui um apelo um pouco à história, no sentido de se perceber que o 25 de Abril, não é revolução das chaimites, o 25 de Abril é revolução dos cravos, a revolução do povo. Ou seja não é, diga-se, o símbolo mais feliz para comemorar

o 25 de Abril, não é chaimite, a chaimite foi o meio de transporte. Inclusivamente, poderia ser um instrumento, desculpem, de violência, fosse caso ela tivesse sido necessária, felizmente, não foi necessária na madrugada do 25 de Abril. Não foi necessária, porque houve alguém, muito felizmente, colocou no cano da espingarda um cravo. E essa foi a mensagem do povo, que é façam a revolução, mas não com balas, mas sim com cravos, não com guerra mas com paz. É por isso que o 25 de Abril é realmente a revolução dos cravos. Ou seja, é uma revolução de liberdade, mas não é uma revolução de violência. E aquilo que se tem ali no Parque da Cidade, diga-se, é o becofice mais desagradável do 25 de Abril.-----

Disse que se tem ali outra questão, e aqui dirige-se ao senhor Presidente da Câmara, a que o Parque da Cidade corre o risco de se transformar em tudo, quer dizer com isto, pelo facto de não ter havido um programa para aquele espaço, para além daquilo que é obra física, que é a obra arquitectónica, qualquer coisa que realmente vai mudar a face da cidade, naquele lugar, não houve um programa e como não houve, é claro, neste momento, dá impressão que é um Parque da Cidade, onde cabe tudo. Saber que o Presidente da Câmara lhe vai dizer, que de facto, num Parque da Cidade cabe tudo, mas não jogando com as palavras, cabe tudo o que ali faz sentido. O que ali não faz sentido não cabe. Já se viu o que aconteceu com o Centro Cívico, por que causa de não haver um programa fechado para aquilo, foi entregue a uma entidade, que se vai ver como isso vai funcionar, espera que bem. -----

Disse que via ali muito bem no Parque da Cidade, era um espaço onde os cidadãos, entre outras coisas, também pudessem conviver com a arte. Porque Lamego tem que ser uma cidade comprometida com a arte. Está-se muito descansado com o património que Lamego tem, mas pelo menos desde que se lembre, nunca se acrescentou nada à cidade. Lamego não tem nada, de novo, do ponto de vista do património e da arquitectura, aliás até se tem feito o contrário, não querendo lembrar aqui as infelizes casas que estão no arco da Porta do Sol, na muralha da cidade de Lamego. Mas pondo isso de parte, isso daria para outra discussão, o que é facto a que a cidade de Lamego que tem um compromisso com o património e com a arte, e não tem sabido honrar esse compromisso. Ele via, por exemplo, no Parque da Cidade, uma excelente oportunidade para ali os cidadãos poderem conviver com a arte. Poder haver ali esculturas, arte contemporânea ou até realizar-se ali de vez enquanto um atelier de arte contemporânea. Se essa fosse a ideia, é claro, é muito claro que o monumento, um pequeno monumento, uma escultura, um qualquer objecto tridimensional, que celebrasse o 25 de Abril, mas de outra forma, tinha ali um lugar pleno e fantástico. E até diz mais, se em vez daquela chaimite que ali está, que é uma coisa, inclusivamente, que é repetida em muitos lados, pelo menos em alguns lados, está-se a ser igual, naquilo que não se devia ser igual, mas se em vez daquela chaimite, estivesse lá uma obra de autor, uma escultura, que realmente comemorasse o 25 de Abril na faceta que mais interessa, que é uma revolução de paz, uma revolução de liberdade. Sugeriu ao Presidente da Câmara que se podia dar ao

Parque da Cidade o nome de Parque da Liberdade, assim nunca se vai poder colocar este epíteto de Parque da Liberdade, do Parque do Povo, quando está ali uma máquina de guerra. -----

Reforça que, fere a sua sensibilidade, disse que não se sente sozinho nesta posição, neste caso, não se sente nada sozinho, tem ouvido outras pessoas, que realmente a quem desgosta, pedia, até porque como se sabe, o próprio CTOE não fazia muita questão daquilo. Faz um apelo, até porque não faz mal errar, não faz mal querendo fazer bem errar, esta é a sua perspectiva, todos fazem isso. Agora, crê, que vale a pena pensar um pouco mais, porque há coisas que se está a criar para sempre. A ideia de por ali a chaimite, a que ela fique ali adi terno ou não, vê na cara do Presidente da Câmara, congratula-se pela sua reacção, porque percebe, eventualmente, o Presidente da Câmara pode acolher a ideia de retirar dali a chaimite. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para se referir à questão da Chaimite e da sua integração nas comemorações do 25 de Abril explicou à Assembleia o que aconteceu. A Chaimite foi uma oferta do CTOE ao Município de Lamego, foi uma oferta feita a alguns anos atrás. Teve uma primeira colocação, como todos sabem, melhor que ele, no nó de acesso á A24, e acabou, depois por ser retirada daquele local. Pois se alguém lhe oferece um carro e ele deixa o carro quatro anos na garagem da pessoa que lhe ofereceu, não fica nada bem, assim tinha-se que arranjar uma solução, com o mínimo de dignidade para o simbolismo que a chaimite representa e para a relação que o Município tem com o CTOE. Uma relação de amplo acolhimento e que se quer preservar, e nessa medida, a colocação da chaimite e aquilo que ela representa, pois as coisas têm simbolismo e as leituras que cada um fazem delas, também são leituras, porventura, diferentes, em função das sensibilidades de cada um. -----

Parece-lhe que uma chaimite não tem o significado de guerra, por uma razão muito simples, a nossa revolução em si, não tem também esse significado. Foi uma revolução pacífica, foi um exemplo, precisamente por isso, e a chaimite também lhe parece que possa representar isso.-----

Quem quiser ver ali apenas um instrumento de guerra ou uma máquina de guerra, dependerá da sensibilidade ou da leitura que faz da revolução. Não foi essa a leitura da Comissão do 25 de Abril. Decidiu-se colocar ali, em diálogo com os serviços municipais e com o executivo. Não há cidades eternas, naturalmente que as cidades estão em constante mutação, se alguém vier a seguir ou se Assembleia Municipal e o executivo entender que deve ser removida., naturalmente. Vive-se numa cidade que tem um símbolo no centro da cidade, o Soldado Desconhecido, também de homenagem aos militares, e que também, provavelmente, quando foi lá colocado terá sido controverso, isso faz parte da dinâmica de construção das próprias cidades. Percebe que possa não ser consensual, mas o simbolismo que se atribuiu foi este e foi este o pensamento.-----

Disse ainda que a colocação da chaimite naquele local foi uma forma, por um lado de se marcar a presença dos militares por Lamego, mas também fazer essa dupla homenagem,

por lado ao CTOE, e por outro aos militares que participaram no 25 de Abril, e não só, a própria Liga dos Antigos Combatentes. -----

Foi uma homenagem a toda a presença militar na cidade e não apenas especificamente, a isso, é precisamente que a placa acaba por refletir. Percebe que as leituras não sejam, exatamente, as mesmas, que não seja isso o mais estrutural, que os separa, uma ideia de cidade.-----

Relativamente à questão da utilização do Parque da Cidade ou daquilo que se pretende fazer dele, tem a palavra o Presidente da Câmara para responder.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para cumprimentar todos os presentes, um cumprimento especial ao Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e à sua equipa. Também um cumprimento especial ao membro Maria Liliana, ex-presidente da Junta desta freguesia e a todos os lamecenses que acompanham esta sessão, às pessoas desta União de Freguesias que estão presentes nesta sala, com alguma curiosidade acompanham os trabalhos desta Assembleia Municipal. -----

Disse que é com muita satisfação que participa nesta freguesia, naturalmente, que tinha que o fazer, obrigatoriamente, fosse onde fosse, nestas Assembleias Municipais descentralizadas, para se poder percorrer todas as freguesias, para se poder discutir os temas que se têm que se discutir, mas fazê-lo, em locais onde, normalmente, os decisores políticos não vão-----

Quer neste local concreto, e nesta freguesia, convidar os presentes a olhar para as fotografias que se encontram nestas paredes, são bastante simbólicas. Desde logo representam a Quinta do Casal de São João, doada pelo Dr. João de Almeida ao Município. É um projeto incumprido, que gostaria que o Município conseguisse resolver, em conjunto com a Junta de Freguesia e com a população de Magueija. Não neste mandato, seguramente, mas se calhar no próximo mandato, na segunda ronda de Assembleias Municipais descentralizadas, a Assembleia Municipal descentralizada em Magueija já pudesse decorrer na Quinta do Casal de São João, equipamento que devia estar reabilitado e a funcionar, na casa do Dr. João de Almeida. Um projeto do arquitecto Raul Lino e casa dele do Porto, que é o único projeto de Raul Lino no Porto, que foi, recentemente, impedida de ser demolida por um movimento que aconteceu na cidade do Porto. E o Município de Lamego tem ali um património valiosíssimo, que se tem que reabilitar. -----

Falando ainda da questão da fusão das freguesias, porque hoje tem-se aqui uma união de freguesias que está a funcionar de uma forma harmoniosa, integrando as três freguesias que foram agregadas, que o almoço, também já aqui referido, pudesse ser num espaço de turismo a nascer na antiga escola das Dornas, junto à barragem de Pretarouca.-----

São ideias que ficam para o futuro, integrando um conjunto de preocupações que se irá confrontar em todas as freguesias que se vão visitar, de anseios da população, de obrigações da Junta e da Câmara para que muitos problemas se resolvam e muitos anseios se cumpram.-----

De seguida, respondeu às questões que aqui lhe foram suscitadas, assim no que concerne à intervenção do membro Viriato Lemos, disse-lhe se a Junta de Freguesia paga o almoço, ter-se-á todo o gosto, se a Junta de Freguesia não pagar, a Câmara pagará o almoço. Porque se entende que a circunstância de se fazerem as Assembleias Municipais descentralizadas, em locais onde a oferta e a disponibilidade para almoçar será, naturalmente, diminuta, e em que o objetivo de se ir às freguesias, é visitar, conhecer, interagir localmente, faz todo o sentido, que esse também seja um momento de reunião e confraternização e o momento de dinamização dos espaços económicos que são escassos nestas freguesias, e que se pode aproveitar para este tipo de convívios.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro Paulo Barradas, disse que isto é simples, em relação ao Parque Urbano, o programa é o que é, e está a ser adaptado, está a ser construído, para que seja, efectivamente, um Parque Urbano da Cidade de Lamego, que orgulhe a todos, e onde, naturalmente, a arte, arte urbana deverá ter um lugar, aceitando e assumindo, efectivamente, não se tem feito tudo o que se poderia fazer nesta área.-----

Em relação à colocação da chaimite, admite que não sendo aquele o sítio da sua preferência, está perfeitamente confortável com ele, e como o Presidente da Assembleia Municipal já justificou, era obrigação da Câmara encontrar uma solução para a colocação da chaimite. O respeito ao exercito, CTOE e à Liga dos Combatentes, e, efectivamente, não há nada naquilo que se faz, que seja ad eterno, tudo é alterável, tudo é perecível. A chaimite irá envelhecer, irá ficar com ferrugem, irá precisar de se repintada, os pneus vão perder o ar, ela vai cair de lado. Portanto, será um símbolo que se irá manter com dignidade, naquele ou em qualquer outro espaço que venha a ser afectado no futuro. Mas não lhe parece que isso seja motivo para ferir a sensibilidade de ninguém, todos sabem que o 25 de Abril foi uma revolução pacífica e exemplar, e que portanto, celebrá-la, utilizando um veículo militar, é não tem nada que fira a sensibilidade.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para começar por fazer um especial cumprimento ao Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, que hoje acolhe todos os representantes da comunidade, bem como também a todo o público presente.-----

Afirmou que tem dois temas para abordar, o primeiro que já tinha sido abordado na última Assembleia Municipal, com o apoio à Ucrânia, e nesse âmbito e no seguimento do que foi discutido na última Assembleia, quer desde já, saudar a iniciativa protagonizada, pela CIM Douro, com a denominação “Somos Ucrânia”. Nesta iniciativa, na qual a Câmara Municipal também participou, assim como todas as câmaras que fazem parte da CIM Douro, conseguiu-se, através da ajuda e do bem-querer da sociedade, dos lamecenses e durienses, angariar dezenas de toneladas de bens essenciais que foram, inclusivamente, transportados e entregues naquele país, com uma grande força e prova de solidariedade desta comunidade.-----

Além disso, e no seguimento daquilo que o Presidente da Câmara também falou na última Assembleia Municipal, em resposta ao seu apelo, para que se pudesse encetar alguns

contactos, no sentido de acolher alguns refugiados, verificou e saúda essa reconsideração por parte do Presidente da Câmara, no sentido de a Câmara estar disponível para acolher uma família de refugiados. Verificou isso através de uma comunicação, gostaria de saber como está esse processo, se teve andamento. E além disso, também verificou numa comunicação por parte da Câmara, dando conta que existia também a vontade por parte do Município, em encetar alguns esforços para ajudar alguns refugiados na tentativa de encontrar emprego, inclusivamente, também as crianças terem uma oportunidade de apoio ao nível escolar. Gostaria de saber, se de facto, existiu algum progresso nesse sentido.-----

O segundo tema tem a ver com o Parque da Saúde, saúda também o Município, desde já, porque se vai discutir isso mais à frente, na alteração modificativa do orçamento, e verifica que há um reforço relativamente a esse projeto, que é muito bem-vindo. Acredita que esse será um bom futuro para acolher os serviços de saúde desta cidade. Mas também gostaria de saber como é que se encontra essa candidatura, qual é o ponto de situação atual, quais as diligências efetuadas, também, no sentido da legalização do terreno. Gostaria também de ter aqui uma perspetiva do estado deste processo para que possa ficar elucidado relativamente a isso.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer que a sua insistência na sua intervenção, era porque não encontrava dentro daquilo que é o regimento, o Presidente da Câmara intervir antes da primeira ronda de intervenção dos membros inscritos.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que foi feita uma interpelação e uma pergunta direta ao Presidente da Câmara, no sentido de tentar agrupar duas ou três intervenções e resposta do Presidente da Câmara. Tem sido essa a política e a Câmara tem vinte minutos disponíveis para o período antes da ordem do dia.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para cumprimentar todos os presentes e em particular o Presidente de Junta da UF de Bigorne, Magueija e Pretarouca e a através dele o povo destas freguesias.-----

Quer publicamente elogiar e reconhecer o empenho desta Assembleia Municipal na concretização das comemorações do 25 de Abril, comemorações que centralizaram o seu foco, no que mais importante esta data pode ter: liberdade, democracia e cultura. Valorizar o trabalho da Comissão e em particular do Presidente da Assembleia que de forma unitária solidificaram com propostas, posturas e gestos o espírito democrático e o poder local enquanto motor da chama viva da revolução e dos seus valores.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara no sentido de reportar, caso não seja do conhecimento da Câmara, pedindo esclarecimentos, sobre a situação de um trabalhador da Câmara, que naturalmente não dirá o seu nome em público, que tendo um contrato precário, vive na zona do Castelo em condições que não são dignas, numa habitação com graves problemas estruturais. Está a Ação Social do Município a par da situação e de que forma pode o Município dar resposta urgente a este caso.-----

Pede também esclarecimentos sobre o estado de execução e critérios de atribuição para o suplemento de penosidade e insalubridade, aprovado por unanimidade, em Assembleia Municipal e ratificado posteriormente em orçamento do estado pelo anterior governo. ----- Por fim, gostaria de entender também o processo e o seu actual estado, e posterior embargo de obra da instalação de uma Nova Adega e um centro de produção de uma empresa vitivinícola em Lamego, que provocou a indignação e mobilização dos moradores da zona proposta. -----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para dar um primeiro agradecimento ao Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, por este acolhimento.-----

O segundo agradecimento vai para o Presidente da Assembleia, pela excelente agenda que ofereceu para as comemorações do 25 de Abril, em conjunto com o Presidente da Câmara. Mas vai deixar um reparo que se tem de estender a todos, não é só a alguns.-----

Depois de um excelente programa, com tanto trabalho, que custou muito dinheiro, provavelmente, ao Município, a participação dos membros da Assembleia foi muito, muito escassa. Todos os membros municipais e presidentes de unta, têm a obrigação, apesar de cada um ter a sua vida, de fazer um esforço para que esses programas de excelência sejam depois correspondidos com a presença de todos. Todos têm que fazer a mea culpa, ele também incluído, pois só participou em dois eventos. Acha que não é agradável para quem organiza e para quem quer dar e comemorar esta data tão importante para todos, e hoje faz sentido cada vez mais para comemorar esta data, visto aquilo que se está a passar muito perto deste país, quatro mil quilómetros não é nada, é já ali. Por isso comemorar a liberdade merece também de todos mais empenho e mais dedicação. -----

Não quer também deixar de agradecer aos grupos municipais, pelos excelentes discursos, cada um à sua maneira, e cada um “puxando também a brasa à sua sardinha” quer da CDU, um excelente discurso, também do PS e do PSD, lamentando a ausência do Chega. É de lamentar que um partido que tem um eleito, ainda há pouco reclamou, que teve a votação que teve, a não participação do Chega entristece um bocadinho, apesar de se estar em democracia, obviamente, acha que deveria ser um bocadinho mais participativo.-- Sobre a intervenção do membro Paulo Barradas, disse que já foi explicado pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Câmara, mas se calhar também podia ferir a sensibilidade de algumas pessoas se lá fosse colocado um cravo. Pois viu que na sessão solene, a maior parte dos membros municipais, não tinha um cravo na lapela do casaco, apesar de se ter uma sala bem decorada com cravos. Cada um tem a sua opinião, obviamente. -----

Contudo, o membro Paulo Barradas tocou num assunto muito importante, casas que estão no arco da Porta do Sol, é uma aberração, não deveriam lá estar, mas sabe quem é o culpado.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para antes de mais deixar aqui um cumprimento especial ao povo desta União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, a todos o

bem-haja, bem-vindos, logicamente estender também os cumprimentos aos funcionários do Município de Lamego, aqueles que estão lá em casa e a todos os lamecenses que estão a assistir, através da possibilidade de estar-se a ser visionados.-----  
Disse que estava na dúvida de deveria intervir agora ou se iria intervir no ponto a seguir, mas como partiu do pressuposto, não sendo Zandinga, que o Presidente da Câmara não iria fazer referência ao tema que vai abordar agora, vem aqui colocar um assunto, que lhe parece pertinente, e que tem a ver com uma questão urbanística que está acontecer em Lamego. Um processo que já se arrasta há alguns meses., o vulgarmente conhecido “antigo pavilhão das frutas dourado sul”. Sobre este assunto colocou um conjunto de questões, pois não está completamente ciente, de muito daquilo que se diz e que se faz. Mas aquilo que se assiste, neste momento, vê-se uma estrutura que está a ser construída, alegadamente já embargada, essa é a primeira questão, se foi ou não embargada? Por quem a que foi embargada? Quem foram as pessoas que desencadearam o embargo? Quem foram as pessoas que fizeram a notificação? De que forma a notificação foi feita? Deixa este conjunto de questões para início da sua intervenção. Mas pergunta, o que se sabe? Sabe-se que, para esta obra deu entrada um projeto na Câmara Municipal de Lamego, projeto esse mediante a última documentação que foi disponibilizada, que foi vista por alguns proprietários. Logicamente no início daquela obra demonstraram o seu descontentamento e tentaram inteirar-se<sup>4</sup> do que se passava. Chega-se á conclusão que, efectivamente, esse projeto não cumpria aquilo que são as regras que estão previstas no Plano de Urbanização. Inclusive, um dos principais problemas, isso está escrito naquilo que é informação técnica dos próprios serviços, não cumpria a cêrcea que estaria destinada e prevista para aquela área.-----

O projeto deu entrada, correu o seu percurso normal, teve logicamente parecer de entidades externas, mas, independentemente desse parecer, o Município, logicamente, tem que se pronunciar, como ultima instância para aprovação do projeto de arquitectura. É aprovado, deram entrada as especialidades, é também verdade, isso está mais que provado e comprovado, a obra deu início ainda antes de ter qualquer tipo de licenciamento para efeitos de construção. Uns dias antes, dez dias, quinze dias, um mês que seja, o certo é que foi passado um documento a dar essa legitimidade construtiva, no dia 3 de março do corrente ano. Mas é um facto que os moradores antes, bem antes, uns bons dias antes, dessa mesma data, antes de se deslocarem ao Município, tiveram uma conversa com o Presidente da Câmara, isto está testemunhado na última ata que todos têm acesso às atas das reuniões do executivo, portanto essa conversa decorreu.-----

E o que acontece que, durante esses quinze dias, até ao dia em que foi passada a licença de construção nada foi feito. Rigorosamente nada. No dia 3 de março foi passada a licença de construção, e os serviços do Município dia 8 desse mesmo mês elaboram uma comunicação a dizer e assumir que erraram. Disse que dentro da documentação interna do Município essa informação é colocada e esta vai dentro da primeira pergunta que fez ao Presidente da Câmara, deduz que apenas em abril se tenha efetivado, o respetivo

embargo. Mas aquilo que é dito na informação técnica, que é clara e inequívoca, há um erro, há o assumir de um erro, de facto, não se verificou aquilo que foi licenciado, qualquer coisa como treze metros de altura, quando só poida ter sete metros. E assumido esse erro e deixa-se passar todo este tempo, deixa-se fazer todo o ato construtivo, durante mais de um mês. -----

Disse ao Presidente da Câmara que esse processo corre já no Ministério Público, haverá pessoas que são ouvidas já em breve, e assim, pergunta como é que é possível, logicamente, errar toda a gente pode errar, mas como é que é possível deixar-se passar este tempo todo, Fica agora uma estrutura daquelas no ar, e agora pergunta o que é que vai ser feito. Bem sabe que o Presidente da Câmara lhe vai responder que tem sessenta dias para demolir. Mas também se sabe, perfeitamente, que se se entrar num processo judicial, esses sessenta dias podem-se transformar em seiscentos dias ou mais. Torna a perguntar como é possível uma coisa destas.-----

Gostaria, acima de tudo, que houve respostas a essas perguntas. Disse que naquele espaço o edificado terá qualquer coisa como quatro mil metros, está-se a falar de uma estrutura de vinificação, haverá cubas, pergunta também se foi acautelado durante este processo a forma como os efluentes e tudo aquilo que implica à parte de produção, como é que os efluentes iriam ser tratados ou iriam ser colocados diretamente na rede doméstica? Uma segunda pergunta, ao investimento que está lá previsto, à quantidade de produção de garrafas que foram, inclusivamente publicitadas na comunicação social nacional, e percebe-se que durante este período tenha havido aqui esse mesmo processo de dinamização, se foi feito algum estudo por causa do aumento de tráfego naquela zona? No acesso a uma rotunda, com a possibilidade de ter ali camiões de grande porte a fazerem manobras. Está apenas a fazer uma pergunta, sabendo ele a resposta.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia**, começando por cumprimentar todos os presentes, um cumprimento muito especial para o Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, extensivo a população destas três localidades, pela excelente recepção que estão a fazer, as condições muito boas que tem esta sala e pela participação que se percebe, que se tem aqui e que interessa às pessoas, pois a sala está cheia. Obrigada a todos, porque é assim que a democracia também se constrói. -----

Afirmou e a propósito da questão que o membro Paulo Barradas colocou em relação à chaimite, e como foi dos elementos que integrou a comissão organizadora, foram quatro, um de cada grupo municipal, mais o Presidente da Assembleia, pensa que era importante referir aqui duas coisas: primeiro respeitar muito e respeitar sempre, a opinião do membro Paulo Barradas, com certeza que sim, tem o direito dele, de ficar ferido na sua sensibilidade, todos têm a sua posição, as suas posturas, a direito de discordar, nada contra isso.-----

Mas também perceber que esta foi uma decisão tomada, neste caso pela Câmara Municipal, mas que mereceu a concordância da comissão do 25 de Abril, que planeou e organizou as comemorações do 25 de Abril. -----

Como é evidente, não é uma estrutura ad eterna, pode ter outras soluções no futuro, esta foi a que se encontrou, por ser a mais adequada. Pessoalmente, até agora, não encontrou posições contrárias do lado do grupo municipal que representa, pensa que é uma boa solução. Mas como é logico, aquela solução, é uma solução de representação, de representatividade. Não exclui que naquele espaço se desenvolvam outras iniciativas, na área da arte, por exemplo, mas, claramente, como uma solução de um ícone representativo do 25 de Abril, quanto a isso pensa que estão todos de acordo. Se representa a paz ou representa a guerra, provavelmente depende da perspetiva onde cada se coloca. Porque para se ter paz tem que se a preparar. Os tempos que passam dizem isso. Sem preparação não há paz, e aquela chaimite foi um dos símbolos, foi um dos elementos que garantiu a paz naquele contexto frágil do 25 de Abril. -----

Afirmou que nesta análise o cravo está posto na ponta de uma espingarda, de uma G3, eventualmente aquela chaimite podia ter um ramo de flores na ponta. Tudo bem. Não é um caso dramático, está num local digno, onde as pessoas a podem ver, podem aproximar-se dela, podem sentir-se próximos do espirito do 25 de Abril. Porque é, essencialmente, isso que ela representa, o espirito do 25 de Abril, é uma arma da cavalaria, Lamego não tem cavalaria, mas é uma coisa, perfeitamente, aceitável. Por isso outras cidades adotaram a mesma solução, não são cidades belicistas, são cidades de paz e adotaram a mesma solução, naquele local não se fez nada mais e nada menos que muitas outras cidades. Mas, claro, quem sabe daqui a uns dias, daqui a uns anos haverá outra solução melhor.----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para afirmar que algumas questões aqui colocadas pelo deputado Romeu Sequeira, relativamente ao apoio à Ucrânia. De facto cumpriu-se quer o programa de ajuda humanitária, com o envio de um conjunto de nove camiões, que chegaram ao seu destino, e que espera que tenham sido bens muito uteis às pessoas que estão envolvidas naquele flagelo.-----

E também se fez o acolhimento de famílias, das quais não resultou uma permanência muito significativa na região, porque a generalidade das pessoas que vieram já tinham ligações familiares, de trabalho ou de conhecimento. Portanto, foram dispersas por todo o país, ao fim de uns dias, encontraram soluções adequadas para se reinstalarem.-----

As famílias que estão cá, estão bem acolhidas, já tiveram, inclusivamente, ofertas de emprego, embora ainda estejam a ponderar outras alternativas, que passam, nomeadamente, pela remigração, as crianças estão na escola, estão num processo de integração, com as dificuldades inerentes a estes casos. Mas pelo que se pode ver, até testemunhou, pessoalmente, com um empenhamento exemplar, quer da escola quer dos próprios colegas quer das respetivas famílias. Disse que continuam a chegar, pontualmente, famílias, embora de facto, de forma transitória, não se está a verificar o que seria expectável, basta ver, são trinta e sete mil ucranianos que estão em Portugal, que estão espalhados pelo país, não é assim uma grande densidade de instalação de famílias nesta região.-----

Relativamente ao parque da saúde, afirmou que vai repetir o que já aqui disse. Não há parque da saúde nenhum, o que há é um novo centro de saúde, que vai concentrar as unidades de saúde familiares e os diversos serviços instalados no centro de saúde. É só isso. É um edifício que a ARS entende que deve ser de quatro pisos, para instalar de forma segregada os diversos serviços de saúde. -----

O terreno que foi escolhido para instalar este equipamento, não tem condições em termos dos instrumentos de ordenamento. Para fazer a comparação com aquilo que já aqui foi referido, é um processo similar aquilo que aconteceu nas antigas frutais Douro Sul, é meter o Rossio na Betesga, com a agravante que neste caso, se trata de uma obra promovida pela Câmara Municipal, que deve dar o exemplo do respeito pelos instrumentos de ordenamento, e que os está a desrespeitar em todos os aspetos. -----

Primeiro é uma zona verde, segundo é um terreno de 2.700m<sup>2</sup> para construir 4.200m<sup>2</sup> de construção, ou seja, excede de uma forma bárbara, o limite máximo de ocupação previsto no plano de urbanização. O edifício é encastrado, metido num terreno que tem uma inclinação elevada, só tem um acesso frontal, pelaquelha que vai na direcção Rua Mártir São Sebastião, Medelo, e que, inclusivamente, na revisão do projeto, verificou-se que não cumpria as condições de segurança, nomeadamente, as saídas de emergência. Porque, porque o edifício fica todo enterrado entre a circular externa e o talude do terreno da Santa Casa, não tem lugares de estacionamento. Disse que ainda há dias provocava a Dra. Marisa Nunes, secretária da Mesa da Assembleia, dizendo-lhe se os médicos ficam satisfeitos, se tiverem que ir à Urbanização do Paraíso colocar o carro, por ali abaixo a pé? Ou um idoso de Magueija que tem que ir ao centro de saúde, e que deixa a esposa à porta e vai à procura de estacionamento, para voltar a entrar no centro de saúde? Alguém acha que isto é uma situação que é funcional, que é aceitável, hoje em dia? Mas a Câmara pode, por despacho do Presidente ou do Vereador com o pelouro do urbanismo, isentar de lugares de estacionamento, porque é a Câmara que promove, é a Câmara que decide. Perguntou se isso faz algum sentido de construir um equipamento, que não tem sequer espaço para estacionamento, que não respeita as condições de segurança, é todo virado a Norte, tem uma exposição péssima, e que viola os instrumentos do ordenamento?-----

E portanto, a situação do novo centro de saúde é que naquele lugar é impossível construir. Mas isto leva a outra situação, que é a candidatura que está aprovada, condicionada à posse do terreno e à revisão do Plano de Urbanização, tem que ser executada, fisicamente, até junho do próximo ano, isso é impossível. -----

Portanto, haverá um novo centro de saúde em Lamego, num novo espaço, que se está a estudar, nunca escondeu que a sua preferência, era pelo terreno do antigo hospital. Irá com o senhor Presidente da Coordenação da Região Norte, ficou de marcar a reunião e com o senhor Presidente da ARS, definir quais são as soluções de financiamento futuras, se é PRR, se é Portugal 20/30. Portanto, vai-se respeitar a pretensão da ARS, não de fazer um parque de saúde, com várias unidades dispersas num espaço arborizado, bem ajardinado, como todos gostariam, mas sim, construir um edifício de quatro pisos para

respeitar o programa funcional que foi definido. Irá ser feito num sitio onde seja possível, do ponto de vista do Plano de Urbanização e onde haja espaço adequado para isso.-----  
Sobre as questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann e relativamente à situação que refere, de um funcionário, não é um funcionário, uma pessoa que está no Município através de um contrato do Centro de Emprego, quer recordar que a Acção Social, é responsabilidade do Governo e não da Câmara Municipal. É evidente que a Câmara pode não alhear-se dos problemas com que se confrontam os seus cidadãos no seu dia-a-dia, mormente, em termos de carências habitacionais? E Outras? É óbvio que não, e nesse sentido procurará ajudar a resolver o problema. Sendo que o problema passa por integrar, já essa a pessoa em causa, na lista de realojamento, irá ser feito ao abrigo do processo de construção de habitação social, que decorrerá do contrato que se assinou, em termos da estratégia local de habitação. Terá que ser revista e depois terá que ser operacionalizada, há que comprar terreno, há que o infra-estruturar, tem que se construir casas, só depois a que se poderá entregar às pessoas.-----

Deve dizer a este respeito, que a transferência de competências na área da acção social, foi adiada para 31 de dezembro de 2022, mas em termos de apoio de emergência o Município de Lamego vai receber doze mil euros por ano. O que significa que não dá para realojar ninguém, dá para realojar alguém se houver uma catástrofe e as pessoas ficarem na rua e vai-se coloca-las num hotel durante dois ou três dias até elas arranjam solução, porque esses doze mil euros não vão dar para muitos mais e é para isso que servem , ajuda pontual e transitoriamente, de alimentação, de vestuário, de alojamento, para situações apenas de emergência.-----

Em relação a apoio social, para quem tem situações de carência, a Câmara continuará a não ter, nem competências, nem recursos financeiros transferidos do Estado.-----

Em relação ao suplemento de pensidade, a Câmara já se comprometeu a pagar o suplemento de pensidade e faze-lo, de acordo com a interpretação que for mais abrangente, deste instrumento. O problema que a interpretação não é fácil de perceber, e o que está a ser aplicado não corresponde, de forma clara, aquilo que está legislado. Está a ser aplicado de forma diferenciada pelos municípios e na Comunidade Intermunicipal do Douro há só dois ou três municípios que já estão a pagar o suplemento de pensidade e está-se a tentar harmonizar, em termos de dotação legal, para que não falhe e que não obrigue, numa inspecção futura a que o Município seja sujeito, os funcionários terem que devolver o suplemento de pensidade, que tenha recebido ilegalmente.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Pedro Torres, a que também o membro Alexandre Hoffmann se referiu. Afirmou que a obra que está a decorrer nas antigas Frutas Douro Sul e que está embargada, está embargada e o membro Pedro Torres já leu o auto de embargo, porque se referiu aqui aos sessenta dias para a demolição. -----

A obra foi, de facto, licenciada pelo Município, e verificou-se, posteriormente, que a referida obra não cumpria a disposição do Plano de Urbanização relativa à cêrcea, em altura. De

imediatamente o Vereador do Urbanismo determinou a nulidade da licença e ordenou a suspensão das obras. É evidente que o titular da licença, estava na posse de uma licença válida, e entendeu que não tinha que acatar a ordem de suspensão, antes de haver a cassação da licença. -----

Terminado o período de audiência prévia e no prazo de cinco dias, porque era um processo urgente, o Vereador do Urbanismo declarou a nulidade da licença, e de imediato, com a licença nula, a obra torna-se ilegal e foi embargada. Disse que o embargo foi notificado em obra, na quarta-feira antes da Páscoa, e antes mesmo de ser feito o auto de embargo, o empreiteiro perguntou se a obra ia ser embargada, ao que lhe foi dito que ia. E no dia seguinte, pôs-se o cadeado e a obra foi embargada.-----

O embargo diz que a obra está embargada, a licença está cassada, deve ser entregue na Câmara, já foi, e as obras executadas devem ser demolidas no prazo de sessenta dias. Para esta última parte está a decorrer um período de audiência prévia, que é de quinze dias, sendo previsível que o requerente se venha a opor à demolição. Mas aí vai-se, obviamente, dar seguimento ao processo, de acordo com aquilo que são os interesses e as ligações do Município de fazer respeitar a legalidade urbanística.-----

Em relação às outras questões que o membro Pedro Torres referiu, nomeadamente aos efluentes e ao aumento do tráfego, ela já era uma instalação industrial, há outra, exatamente, do lado de lá da rua, a Adega de Lamego, e portanto não há muito a dizer em relação a isso. -----

No que concerne à referência do membro Pedro Torres, que o Presidente da Câmara desconhece, que o processo estará já a ser acompanhado pelo Ministério Público. Assim disse que lhe recomenda que leia, que todos leiam o despacho que proferiu para o embargo, reforçou que o leiam com cuidado e leiam atentamente. E espera que o Ministério público que faça a perguntas certas às pessoas certas e mais não diz. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para começar por cumprimentos todos os presentes, especialmente o Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, realçando que nunca se teve uma sessão da Assembleia com tanto público presente.-----

É bom para todos que, nas Assembleias ter-se a participação de tanto público, pois assim tomam conhecimento como funcionam as instituições e ao mesmo tempo conhecem o que é um debate político, e neste caso em concreto, na Assembleia Municipal, os interesses dos lamecenses. -----

Afirmou que estas três povoações, para ele foi a primeira porta de entrada que teve quando se instalou em Lamego. Com isto quer dizer que criou muitas amizades nesta freguesia, as pessoas que o receberam, ainda hoje, é recebido com fidalguia, portanto nada mais pode dizer, se não agradecer como as pessoas desta terra o tratam.-----

Por outro lado, não queria começar a sua intervenção, sem fazer, primeiro, um ligeiro comentário, que muito o alegrou, nunca teve tanta satisfação pela intervenção do membro Pedro Torres, ele já sabe porque, pois continua com aquela ladainha, aquela retórica,

quem vem ao encontro da maldade e do engano que o partido Socialista fez às populações de Lamego no que respeita ao novo centro de saúde. O partido Socialista sabia que naquele local não era possível construir. Porque também estava na mesma circunstância de não estar o terreno enquadrado no Plano de Urbanização. O partido Socialista com o tempo, caíem na verdade e na realidade. Vêm dar razão à coligação “Somos Lamego”, vão dar razão em muitas situações.-----

Falando sobre a questão da Ucrânia, todos sabem os crimes que ali estão a ser praticados, as execuções, as barbaridades, coisas que nunca pensava ver neste século.----  
 Afirmou que foi militar, esteve na guerra colonial, sabe o que é as trincheiras, sabe o que é os abrigos, sabe como se vive dentro deles, vê a questão militar, os ucranianos estão a lutar pela sua pátria. Ao ver o comportamento daquele exército, é uma coisa terrível, executar pessoas, matar crianças, destruir hospitais, destruir escolas. Destruir a cultura daquele povo, pois destroem museus, roubando o seu recheio para levar para a Rússia e o resto fica destruído. Está a destruir a memória de um povo. -----

E quando vê aquele exército russo a fazer aquelas barbaridades, pois ele que esteve na guerra colonial, era-lhe inculcado a toda a hora, respeito pelas crianças, respeito pelas mulheres, respeito pelos idosos, e respeitar também o homem. Mas quando eram confrontos, quando era realmente guerrilheiro e no confronto era uma coisa, mas no respeito pelas populações elas eram, integralmente, respeitadas, ai de um militar que não cumprisse isso. Mas um exército, como o exército russo fazer isto, isto não é nenhuma ética militar, isto não o brio militar.-----

Isto faz pensar, porque nenhum de nós estava preparado para isto, e quando se diz que a guerra está a 4.000 km, é um facto, costuma dizer que ela não está tão longe de Portugal de 4.000 km, ela está ali a vinte ou trinta milhas da costa portuguesa. É porem lá uns vasos de guerra, uns submarinos, está-se logo a ser atacado. Portugal, os portugueses não ficar descansados, dizer que está muito longe, não, Portugal é um dos países que está mais perto. Este cuidado tem que ser redobrado e as forças armadas portuguesas têm que estar preparadas, pensa que estão ou então vão-se preparar para reforçar isto. A costa marítima portuguesa é um alvo fácil.-----

Relativamente à ajuda do povo ucraniano, toda a ajuda que lhes possam fazer, a Europa, todo o mundo, é um investimento de futuro, é um investimento na segurança de toda a Europa. O povo ucraniano não foi invadido pela Rússia só por uma questão territorial, a ambição da Rússia é também opção cultural que eles tiverem. Querem a cultura da Europa Ocidental, querem o respeito das pessoas humanas, querem a democracia, querem a liberdade, mas mais ninguém, a não ser aqueles povos da ex URSS que foram dominados por eles, ninguém sabe. Portugal teve uma ditadura, mas não foi nada comparada como aquela ditadura que houve nos tempos da antiga União Soviética. Estas manifestações de apoio que tem havido ao povo ucraniano, são diárias, não podem parar, isto não pode ser uma corrida de cem metros, tem que ser uma maratona. Não se pode esquecer o povo

ucraniano, ajudá-los em tudo aquilo que precisam e irão precisar no futuro. Isto vai ter custos, vai ter sacrifícios de todos os europeus e até do mundo.-----

Acrescentou ainda, que hoje é aprovado o orçamento geral do Estado, é um orçamento que a coligação “Somos Lamego” não se revê. No entanto, é este o orçamento que se vai ter, e a esperança que se tem é que este país, comece a crescer, comece a ter mais solidariedade com as populações. E que na falha das políticas erráticas que venha a ter, que o Governo não venha justificar os fracassos dessas políticas, por questões da guerra da Ucrânia, porque isso é uma incoerência justificar-se uma catástrofe, para um erro político que venha acontecer neste país.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que, confessa se fica ou não grato, pelas pareências físicas que tem com membro Romeu Serqueira, quando fizeram referências à intervenção em relação ao centro de saúde, pois ele não fez nenhuma intervenção sobre o centro de saúde. Já em relação à ladainha, o membro Constantino Vaz terá que levar com ela, durante muito tempo. Também já estará habituado, logicamente, bem sabe que o membro Constantino Vaz terá sempre uma mola após a sua intervenção, com muito agrado, muito sinceramente. -----

Posto isto, quer apenas reforçar uma questão ao Presidente da Câmara, que respondeu, de facto a várias questões que lhe colocou, mas não respondeu a algumas delas. Tinha-lhe perguntado e gostaria que lhe pudesse responder, quem foi fazer o embargo da obra (ex frutas Douro Sul), e para saber, se efectivamente, quem foi ao local fazer o embargo.--- Ainda dizer em relação a este assunto, dizer apenas o seguinte, nesta caso não ao Presidente da Câmara, requerendo directamente ao Presidente da Assembleia, até porque foi o Presidente da Câmara, em resposta que falou e até concluiu “*e mais não digo*”, logicamente ficará na sua liberdade. Mas vem, através do Presidente da Assembleia, requerer cópia do embargo que foi referido, gostaria logicamente, obter cópia do embargo. Porque ao contrário do que o Presidente da Câmara disse, de facto, não leu o embargo, apenas fez referência aos sessenta dias, porque isso decorre da Lei, e portanto, apenas fez referência a isso, nada mais, não tem cópia do embargo, e por isso mesmo é que o está a requerer.-----

Para concluir, apenas dizer uma coisa, agora sim, sobre o centro de saúde, e ainda em consonância com aquilo que disse o membro Romeu Sequeira, e mediante as afirmações do Presidente da Câmara, constar um facto, aquilo que hoje aqui assistiu, foi que, este projeto no que respeita ao centro de saúde está morto, morreu, terminou. E aquilo que foi dito pelo Presidente da Câmara é “vamos ver” é apenas nessa suposição, “vamos ver se será possível fazer um outro centro de saúde, num outro local, e provavelmente com outra linha de financiamento”. É ver vamos. Portanto isto foi dito e quer apenas fazer uma clarificação, no meio das várias que fez, para que o Presidente da Câmara não se perca. Aquilo que foi dito aqui é que este projeto morreu. Portanto vai-se ver, daqui a uns tempos, sabe-se lá quando, poderá ser feito outro.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para afirmar que, uma vez que foi apresentado um requerimento à Mesa, os requerimentos podem ter a forma escrita ou oral, parece que foi uma sugestão do Presidente da Câmara, fica registado oralmente, desde já endereçado ao Presidente da Câmara, para disponibilizar à Mesa e para que a Mesa possa disponibilizar aos membros da Assembleia.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para afirmar em relação à questão que membro Pedro Torres coloca do embargo. Não percebe qual é a relevância disto, mas o embargo, o auto de embargo foi levantado no local pelos serviços de fiscalização do Município como não podia deixar de fazer. Sendo que, previamente, no dia anterior, por indicação sua, foi feito o levantamento exaustivo do estado da obra, com o registo fotográfico, de quantos pilares estavam levantados, quantos metros de parede estavam feitos, se havia pavimentos, se havia ligação externa de água, se havia ligação eléctrica, porque, obviamente, para o embargo ser efectivo, essas redes têm que ser desligadas.-----

Esse foi o auto de embargo levantado pela fiscalização, no local, nos termos legais, o despacho de embargo foi por ele, pela chefe da DAC, aqui presente, e por um advogado em representação da Câmara, notificado pessoalmente ao requerente e ao seu advogado. Relativamente à questão do centro de saúde, disse ao membro Pedro Torres que o projeto do centro de saúde, está, efectivamente, morto, foi morto pelo anterior executivo. O projeto do centro de saúde foi uma fraude, uma mentira lançada pelo anterior executivo, junto da população, junto da ARS e junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte. Aquele projeto era inexequível, razão porque, quando entrou o projeto em abril do ano passado, portanto a dois anos de terminar o prazo para a execução física da obra, ainda foi para revisão de projeto, ainda foi para a Direção Geral de Tesouro e Finanças, para aquisição do terreno, do imóvel, e ainda era necessário alterar o Plano de Urbanização. A deliberação para alteração do Plano de Urbanização foi feita em agosto e com doze meses para a sua execução. O que significa que, na melhor das hipóteses, acabaria em agosto de 2022, ou seja, a pouco mais de meio ano do termino para a execução física da obra. -----

Portanto, o anterior executivo sabia que estava a lançar e anunciar um projeto que não o iria fazer, é uma fraude, é uma mentira. Afirmou que teve oportunidade de dizer isso quer ao Presidente da ARS, que de deixou enganar pelo executivo, ao aceitar uma proposta de localização do centro de saúde num terreno inviável, e ao executar um projeto que entregou à Câmara para executar a um ano e meio do término do prazo de execução. Portanto, nunca houve intenção do anterior executivo de fazer esta obra. A revisão do projeto aponta para o subfinanciamento, entre 25% a 30%, falta mais de um milhão de euros relativamente à candidatura que está aprovada condicionalmente, condicionalmente, à titularidade do terreno, à capacidade construtiva do terreno. E portanto, dirigindo-se ao membro Pedro Torres, disse-lhe que quem matou este projeto foi o anterior executivo, foi uma fraude, mentira, não há nada mais que se possa dizer em relação a isto.-----

Contudo, se a Câmara, o anterior executivo, quisesse mesmo executar o centro de saúde, só tinha duas soluções:-----

Primeiro, em relação ao terreno, o terreno faz parte da Escola EB2/3, bastava a Câmara ter aceite as competências transferidas do Estado, para ficar na posse automática do terreno, como já aconteceu a partir de um de abril. Mas se a Câmara queria, de facto, executar o centro de saúde, aceitava as competências e ficava na posse do terreno. Suspendia o Plano de Urbanização e dava capacidade construtiva, assumia um milhão e meio de euros de deficit de financiamento. Ou seja, subtraía aos investimentos das Juntas de Freguesia um milhão e meio de euros de investimento, e dava ao Ministério da Saúde, para se substituir ao Estado na construção de um equipamento que está subfinanciado. Segundo, é um projeto que foi iniciado em 2019, apenas pelo ex. Presidente da Câmara, sem conhecimento da Câmara Municipal, nem dos serviços municipais. Porque se os serviços municipais tivessem tido a indicação que o centro de saúde era para construir naquele local, teriam avisado que o local do ponto de vista urbanístico era inaceitável.-----

Reforçou que este projeto é uma mentira, é uma fraude desde o primeiro dia, em que em junho de 2019, o ex. Presidente da Câmara foi reunir com o Presidente da ARS, nunca tiveram ideia, nunca tiveram intenção de o fazer. Mas este executivo atual vai fazê-lo, porque faz aquilo que tem que ser feito. -----

Tornou a dizer que o projeto do centro de saúde, é uma fraude, é uma mentira lançada pelo anterior executivo, junto dos lamecenses, junto da CCDR e junto da ARS. Este executivo vai corrigir este erro, seja no PRR, seja no Portugal 20/30 e vai construir esse equipamento, de facto, ele é necessário. Mas vai ser construído no local e nas condições que são necessárias. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que o Presidente da Câmara pode dizer o que quer que seja, mas fraude é do atual Presidente, porque foi ele que matou este projeto. Disse que o Presidente da Câmara pode vir aqui com a retórica e a política que quiser, pode vir aqui com o discurso que quiser, pode vir, inclusivé, com insinuações, que ele próprio sabe que não são verdade. Portanto, fique registado em ata, de que quem matou o centro de saúde foi o Eng.º Francisco Lopes. Escusa de vir aqui dizer que era uma fraude, não. Aquilo que aconteceu, dizendo que o atual Presidente da Câmara não chegou ontem, já está cá há sete meses, pergunta o que fez durante estes sete meses, como diz o Jorge Jesus “Bola”, não fez nada, rigorosamente nada. E portanto fica aqui o registo, por muito que lhe posa custar, por muito que tente inverter, que quem matou o projeto, foi o atual Presidente da Câmara

Afirmou que neste mandato Lamego não vai ter qualquer centro de saúde, Lamego não vai ter novo centro de saúde, e deve-se apenas a uma pessoa, e essa pessoa chama-se Eng.º Francisco Lopes, foi o responsável pela morte deste processo., matou-o apenas por uma questão muito simples, pois quer-se recusar a todo o custo elaborar um projeto, que tinha sido lançado pelo Partido Socialista. E foi por um mero capricho político/partidário que matou este processo.-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para afirmar que, relativamente, ao Parque da Saúde, o membro Pedro Torres já disse tudo o que havia para dizer. Mas ficou com uma dúvida relativamente ao empreendimento que foi embargado (antigas instalações das frutas Douro Sul), quer por isso fazer um fio condutor relativamente àquilo que foi dito, para que fique tudo esclarecido, pois ele próprio tem dúvidas.-----

Pois daquilo que depreendeu, foi emitida a licença, ou seja, nunca foi colocada uma primeira pedra naquele empreendimento, sem que tivesse sido emitida a licença de construção por parte da Câmara. A seguir há um protesto, verifica-se o seu fundamento e é confirmado pela Câmara que afinal a licença não foi emitida correctamente, e assim pergunta, como isto foi possível? Foi um erro técnico? O que aconteceu? Não se pode esquecer que os erros acontecem, mas têm que ser corrigidos, e têm que ser responsabilizados. Por isso, agora pergunta, o que é que vai acontecer a seguir? Ou seja, aquilo vai ter que ser demolido, mas o dono da obra apresentou uma acção judicial. O que é que vai acontecer? Quem vai pagar? Quem vai ser o responsável? Disse que é um conjunto de questões que os lamecenses devem ver respondidas para ficarem esclarecidos. Por isso agradece ao Presidente da Câmara que possa elucidar-nos relativamente a isto.-----

Por isso agradece ao Presidente da Câmara que possa elucidar relativamente a isto.-----  
Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para fazer um alerta, um alerta e não uma lenga, lenga, pois ficou-se a saber hoje, se o centro de saúde não for construído, é porque o partido Socialista politicamente não quer. O Partido Socialista vai fazer tudo e mais alguma coisa, está convicto disso, junto dos membros do Governo para atrasarem todo este projeto e este processo de construção. -----

Pediu ao membro Pedro Torres para que acabe com essa retórica que a coligação “Somos Lamego” não aceita obras do partido Socialista, a coligação “Somos Lamego” aceita, o partido Socialista é que não tinha, não tem obras para fazer. O partido Socialista começou a construir obras projectadas pelo. Eng.º Francisco Lopes, isto é verdade, pois anda há muito tempo na política. Anda na política por vontade de servir as populações, nunca foi mola de ninguém e nem quer ser, quer ter liberdade dentro e fora do seu partido. É este o seu princípio, são as populações que lhe interessam. E a intervenção do membro Pedro Torres veio aqui dizer, vai no encontro de tudo fazer para travar este processo. Mas está convicto, de com a dinâmica, a vontade e frontalidade do Presidente da Câmara a obra vai nascer. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer, ainda em relação ao centro de saúde, afirmando compreender, compreender tão bem, a frustração do membro Pedro Torres e todo o partido Socialista, pois tiveram quatro anos em que não fizeram nada, e agora ele está a imitá-los. É tão chato. Em quatro anos não fizeram um único projeto. A Câmara Municipal, no mandato anterior não contratualizou uma prestação de serviços para a

elaboração de um único projeto. Mesmo este do centro de saúde, foi contratualizado pela ARS, portanto a Câmara de Lamego, no mandato de 2017 a 2021, fez zero projeto, nenhum, nada, nem este foi a ARS que o fez. Que a Câmara, melhor dizendo, o seu Presidente, não teve capacidade para fazer a contratação do projeto e para o gerir, teve que ser a ARS a fazê-lo. E portanto, é muito chato, pois a única herança, que ia sobrar, que era o projeto, a ideia de fazer um novo centro de saúde, cair por terra. De facto, é triste, disse para não se preocuparem, pelos visto este executivo não está a fazer nada, mas há-de fazer alguma coisinha, para não imitar o que aconteceu ao partido Socialista no último mandato, mas isso neste mandato não vai acontecer.-----

Quanto às questões políticas, disse que trabalhou, como é evidente, muitos anos, com governos do partido Socialista, não tem problema nenhum em relação a isso. Ou seja, reivindicará aquilo que são os direitos e anseios de Lamego, e terá, seguramente, resposta adequada quer do governo, quer, sobretudo, das instituições da Administração Central, CCDR e ARS, que têm competências directas nesta matéria, quer em termos do projeto, quer em termos do respetivo financiamento. Disse não temer que o PRR ou no Portugal 20/30, o novo centro de saúde de Lamego não seja financiado. Tem a certeza que será financiada. -----

Reforçou que, para quem não fez um projeto em quatro anos, ir fazer um projeto num terreno que não é do Município, num terreno que não tem capacidade construtiva, com um projeto sem estacionamento, um projeto sem financiamento, porque está subfinanciado, entre 25% a 30%, foi mesmo um muito mau projeto, um muito mau projeto. Mataram a ideia de se ter um centro de saúde agora, agora, no 20/30.-----

Disse ainda ao membro Pedro Torres que mesmo que o terreno tivesse todas as condições e a obra tivesse sido lançada, pelo que se viu das obras que estão em curso no Parque Urbano, no Túnel e na Av. Visconde de Arneirós, com os erros brutais que se verificam ali, por interferência política do ex. Presidente e ex. Vice-Presidente nos projetos, de certeza que o centro de saúde não ia também, ser construído neste mandato. -----

Relativamente à obra embargada, questão colocada pelo membro Romeu Sequeira, de como foi licenciada, e às consequências que daí decorrem, efectivamente, é um temo complexo que será dirimido nas locais próprias, muito provavelmente, os tribunais. -----

Relativamente às responsabilidades, elas serão apuradas quer internamente, quer nas instâncias que referiram. Repete, leiam o despacho de embargo e com muito cuidado e encontrarão lá resposta a muitas das questões que estão a colocar. -----

#### 1.1. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2022, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e nove membros, existindo quatro não votos de quatro membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

**Deliberação:** Aprovada por trinta e cinco votos a favor e quatro não votos.-----

**1.2.ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que sobre esta matéria, crê que há apenas uma informação, que tem que ver com a Comissão Municipal de Gestão Integrada dos Fogos Rurais de Lamego. Informou que decorreu no dia 21 de abril de 2022 a reunião desta comissão, que é o órgão de coordenação que tem por missão a execução da estratégia de gestão integrada dos fogos rurais. Esta comissão é presidida pela Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Dra. Catarina Ribeiro, onde se procedeu ao ato de instalação da Comissão, bem como a apreciação e votação do plano operacional municipal, instrumento que abrange toda a área florestal do Concelho de Lamego, no âmbito do sistema integrado e gestão de fogos rurais.-----

Afirmou que os outros órgãos com representação de membros da Assembleia, crê que não reuniram desde 28 de fevereiro até à presente data.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1.ASSUNTO:** APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para afirmar que a informação escrita está ao dispor de todos os membros da Assembleia, e ele também para qualquer esclarecimento. Salientaria apenas algumas questões que lhe parecem mais relevantes.-----

Relativamente à reunião com a clinica do Bonfim, DAVITA, é uma das duas clinicas de hemodiálise, que estão em construção na cidade de Lamego, a outra e a DIAVERUM, também já visitada. -----

A reabertura do Convento de Ferreirim, que esteve fechado para obras de requalificação. Uma reunião com a CCDRN, muitíssimo importante sobre o financiamento de políticas urbanas, que estão previstas no acordo de parceria, Portugal 20/30 e que, nesta primeira abordagem, excluiu o Município de Lamego, da participação nas medidas políticas equivalentes ao PEDU. O Município de Lamego teve o PEDU com onze milhões de euros, teve as parcerias para a regeneração urbana do QREN com dez milhões de euros. E pode-se no próximo quadro comunitário, de ter apenas um milhão e meio de euros, como os restantes municípios da região. -----

Este movimento começou por ser promovido pelos quatro municípios que são desclassificados, Lamego, Barcelos, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Entretanto tem-se mobilizado o conjunto das comunidades intermunicipais. Porque este não é um problema apenas dos municípios que agora são desclassificados. Do QREN para o Portugal 20/20 já

outros o foram. E, provavelmente, vai haver um afunilamento das políticas urbanas na área metropolitana, em que todos os municípios são iguais, Arouca ou Vale de Cambra têm o mesmo tratamento que o Porto ou Vila Nova de Gaia. E os centros urbanos do interior têm uma vocação urbana regional ou sub regional, como é o caso de Lamego, no contexto do Douro Sul não tem essa possibilidade de usufruir desses financiamentos.-----

Disse que já fez uma carta ao Presidente da CCDRN e à Ministra da coesão, para que este assunto seja acautelado em sede de acordo de parceria, e depois em sede de programa operacional regional.-----

A proposta da Câmara é de que, toda a contratualização seja feita com a área metropolitana, com as comunidades intermunicipais, em igual nível, salvaguardando, naturalmente, a dimensão financeira dos pacotes que serão afetos a cada uma desta contratualização. E que depois, dentro da comunidade intermunicipal, os centros urbanos, pela sua importância, no contexto sub regional, sejam tratados, por decisão da comunidade intermunicipal, e por acordo entre os municípios. Espera que seja esta a solução que vingue, se não pode-se, ficar, de facto, numa situação muito complexa, de nunca mais se ter oportunidade de desenvolver alguns projetos, que podiam ter sido desenvolvidos no PEDU e que não foram, como por exemplo, a requalificação das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro e da zona envolvente à Sé. -----

Afirmou que vai continuar a acompanhar este tema, que é, extremamente, preocupante.---- Quer também salientar um conjunto de reuniões que têm ocorrido e assembleias gerais, relativas a várias instituições que o Município integra.-----

Algumas alterações nas redes de transportes, quer do Verdinho que passou a ir às Amoreiras, quer da linha Lamego-Magueija, que passou a ir às Dornas mais um dia por semana. -----

Salientou também a candidatura dos bairros digitais.-----

Frisou a candidatura das Residências de Estudantes, a este respeito, quer dizer que se tem ocupado uma boa parte do tempo, a fazer projetos para aquilo que serão as intervenções futuras, especialmente, visando o próximo quadro comunitário. E algumas candidaturas que ainda estão a ser submetidas.-----

Tem-se uma às acessibilidade 360, que vai rever toda a circulação pedonal na cidade. Fez-se uma candidatura para reinstalar a APITIL na antiga escola n.º 1, para se poder executar o projeto de construção da biblioteca no Palacete dos Pinheiros de Aragão e o projeto da Casa das Artes na atual biblioteca.-----

Está-se a fazer projetos para a requalificação da estrada de Mazes a Reconcos e da ligação da rotunda A24 à parte superior de Mazes, porque essa estrada vai ter que ser intervencionada com uma eventual intervenção no Aterro Sanitário de Bigorne. Fez-se o projeto e a candidatura dos já referidos Bairros Digitais, terá uma intervenção ligeira do ponto de vista urbanístico na Rua de Almacave e na zona envolvente ao Mercado Municipal.-----

Fez-se o estudo para a implantação do novo centro de saúde. Fez-se o estudo muito preliminar para a implementação da nova zona empresarial.-----

Fez-se um estudo para a requalificação da Rua de Fafel.-----

Adjudicou-se o projeto de reconstrução do muro de Medelo e está a decorrer o processo com os proprietários para a reposição das varandas, que há cerca de um ano foram demolidas.-----

Contratou-se uma consultadoria para a parte de urbanismo, nomeadamente para acompanhar a revisão do PDM e do Plano de Urbanização e das Aru's.-----

Está-se a concluir o projeto da segunda fase do Túnel dos Remédios, que mais não é do que, dar ligação e integração do túnel a montante e a jusante, quer na zona das piscinas, quer no cotovelo do Retiro dos Passarinhos.-----

Está-se a iniciar um processo para a contratação do projeto de requalificação do Jardim da República, Rua Marquês de Pombal e Praça do Comércio, que seria um projeto ancora a candidatar ao novo pacote de políticas urbanas.-----

Está-se a concluir a reformulação do Espaço Cidadão, tira-lo do sitio onde está, do balcão Único e colocá-lo no sitio em que ele deve estar, que é na entrada principal da Câmara.-----

Fez-se a candidatura da Residência de Estudantes, tendo já adquirido na Praça do Comércio dois imóveis para esse efeito. -----

Este é um conjunto de obras, de trabalhos e projetos e de ideias, nalguns casos, que estão em cursos, e cuja execução obviamente, ficará muito dependente da disponibilidade de meios financeiros no âmbito do próximo quadro comunitário, e também do PRR. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** para colocar aqui uma questão muito simples, não tem a ver na relação dos processos judiciais, mas foi enviada, gostaria apenas de perguntar ao Presidente da Câmara e para que fique registado, em relação a um único processo que fazem menção de 2021, pensa que é da Floponor, perguntou porque é que terminou o processo, quem patrocinou o processo, e de que era a dívida.

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder à questão colocada pelo membro Pedro Torres, para dizer que não conseguiu identificar o processo a que se refere o membro Pedro Torres, mas supõe que seja um processo de trabalhos a mais, no âmbito da obra do Complexo Desportivo de Lamego, que foi interposto pelo empreiteiro Floponor, e que a Câmara não nomeou defensor. Afirmou que o processo foi objecto de acordo, para pagamento do capital sem juros, que foi feito pela Chefe de Divisão Administrativa e Coordenação com a advogada da empresa. E, entre o processo de negociações e a assinatura do acordo, veio a sentença a condenar a Câmara ao pagamento quer do capital quer dos juros havidos, mas a empresa manteve o acordo que tinha sido feito verbalmente, portanto, pagou-se só capital, não foi patrocinado por nenhum advogado, o anterior executivo não o tinha nomeado, e este executivo entendeu também não o fazer.-----

**Deliberação** A Assembleia apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara.-----

**2.2 ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, BEM COMO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO QUE A SUPORTA, RELATIVA AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

*“No seguimento da informação n.º 1524/2022 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2021, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.-----*

*Assim desta forma propõe-se:-----*

*a) A aprovação dos documentos de prestação de contas de 2021, por parte do Executivo, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----*

*b) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;-----*

*c) Remeter a Prestação de Contas de 2021 ao Tribunal de Contas, até 30 de abril, por forma a ser acautelado o prazo previsto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 2/2021;-----*

*d) Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal;-----*

*e) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”-----*

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que de acordo com o regime das autarquias locais, a apreciação e votação dos documentos da prestação de contas são uma competência da Assembleia Municipal, o documento que se tem nessa prestação de contas acompanhado pelo relatório e pelo parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício até 31 de dezembro de 2021.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o executivo apresenta as contas do exercício do ano de 2021 e o respetivo relatório de atividades. Respeitando, de uma forma rigorosa ,aquilo que foi a atividade do Município, também as contas que os serviços e com o parecer do Revisor de Contas entenderam serem os adequados a apresentar. ----- Sobre as reservas de natureza política que merecem estas contas, as mesmas estão referidas na intervenção que fez na reunião do executivo municipal, e que se prendem com a fraca execução orçamental. Para assegurar níveis de execução elevada, obrigou a fazer uma revisão orçamental e descer o orçamento para o orçamento global. O facto de esta

execução ainda assim estar inflacionada, porque inclui um conjunto de empréstimos bancários que foram contraídos para pagar outros empréstimos bancários. Ou seja há mais de sete milhões de euros que entra nas contas e sai das contas e não é mais do que substituir empréstimos por empréstimos, ou seja, há um inflacionamento da execução orçamental. -----

Afirmou que esta contracção de empréstimos, alterou também, de uma maneira grave a estrutura da dívida municipal. Se não tivesse havido a contracção destes empréstimos, nomeadamente o empréstimo para o pagamento da dívida criada pelo anterior executivo, junto das Águas do Norte a dívida do Município seria da ordem dos vinte e um milhões de euros, assim ronda os vinte e quatro milhões de euros de dívida bancária a médio prazo.--- A substituição de empréstimos que estavam a terminar por empréstimos a vinte anos, alargou a maturidade da dívida, o empréstimo mais longo que o Município de Lamego tinha era o do Pavilhão Multiusos, a terminar em 2034 e agora tem-se vários empréstimos a terminarem em 2041, por força da decisão do anterior executivo, de para reduzir as prestações mensais, alargar a duração dos empréstimos para o máximo que foi possível aprovar e alguns desses empréstimos para vinte anos.-----

E, portanto, não se tem deste exercício orçamental, que está formalmente correto, nenhuma boa notícia para dar aos lamecenses. Nem sequer, naquilo que tanto foi criticado aos executivos que liderou no passado. Nomeadamente assumir compromisso por conta do orçamento futuro, posto que estas contas transferem de 2021 despesa comprometida, nalguns casos, despesa realizada e não paga para o orçamento de 2022,.Sobcarregando em dois milhões e quatrocentos mil euros, aquilo que será o orçamento do corrente ano. Como foi escrito por alguém que não está na sala, mas que pode referir ser o Dr. Manuel Ferreira, na altura, houve um desvio do anterior executivo, desviou dois milhões quatrocentos mil euros de fundos, que hoje fazem falta para esta execução.-----

Disse que vai ser mais correto que ele foi na altura, houve um desvio de um ano económico para o outro apenas isso, não houve um desvio de fundos, como na altura ele escreveu.-----

Concluindo, as contas são as contas, estão corretas, devem ser aprovadas. A execução orçamental e as atividades desenvolvidas foram muito insuficientes e não responderam, claramente, aquilo que são as necessidades de Lamego e dos lamecenses. E nesse contexto merecem a sua crítica política por isso.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que aquilo que se pode constatar, de facto, deste relatório, para além da sua precisão, há que referir aqui um conjunto de pontos.-----

Primeiro, o Revisor Oficial de Contas, efectivamente, avaliza este mesmo resultado, mas é preciso voltar outra vez a referenciar, volta-se outra vez a ter a referência, e é a referência que se vai prolongando, ao longo do tempo, em relação à Lamego Renova. Mais uma vez vem aqui essa situação, bem sabe que o assunto é antigo, mas vai continuá-lo a ser durante muito tempo, provavelmente. Vai continuar a ser a mancha que se tenta colocar por baixo do tapete, mas está lá plasmada.

Afirmou que uma coisa é certa, fazendo um factor de comparação, porque foi feito, logicamente aqui, foi dito, de forma meticulosa, criteriosa por parte do Presidente da Câmara.-----

Também gostaria de relembrar que em 2016 as contas não foram aprovadas, efectivamente, não havia de facto, concordância por parte do Revisor Oficial de Contas, E assim era, pois quando se tenta dizer que as coisas vão bem, que estão bem, este foi o legado que ficou. Aquilo que se está, claramente, a aprovar ou melhor vai-se aprovar, e desde já manifesta aqui aquilo que será o voto do grupo municipal do partido Socialista, irá votar favoravelmente estas contas. Mas tem que deixar este reparo, ver-se-á como é que virão as contas do próximo ano. Porque as últimas de 2016 e 2017, em bom rigor, foram votadas com os votos favoráveis do partido Socialista.-----

E se lhe perguntarem a ele, pessoalmente, se calhar não foram bem votadas, mas foram votadas, pois caso contrário, vinham com o mesmo vicio de forma, como vinham as contas de 2016. -----

Disse que de facto, a execução orçamental pode-se comparar com 2017, está-se a milhas de distância. Esta execução orçamental foi muito mais rigorosa, do que aquilo que aconteceu em 2017.-----

Referiu que o Presidente da Câmara falou e muito bem, que foram contratualizados alguns empréstimos para pagar outros. Esqueceu-se, foi de dizer quem contraiu os primeiros empréstimos, foi o executivo liderado, na altura, pelo Eng.º Francisco Lopes, durante três mandatos. Contradiz o Presidente da Câmara, pois não é verdade aquilo que disse, as contratualizações destes empréstimos, foram feitas em melhores condições e aquilo que é o valor final, mesmo somando a taxa de juro, corresponde a uma melhoria para aquilo que é a condição da Câmara. Bem sabe que vão estar em desacordo, bem sabe que vai dizer que não, podendo adivinhar já a sua resposta, mas garante-lhe, mas no fundo, sabe que se está em melhores condições. Agora, há um facto, os empréstimos tiveram que ser contraídos, para pagar empréstimos com a dívida monstruosa que se foi criando durante doze anos. -----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que o documento que se tem em apreciação, a prestação de contas de 2021 representa, essencialmente, o fim de um ciclo. A impressão última. A última marca.-----

O fim de um ano, o último do último mandato.-----

O epílogo de uma narrativa que durante 4 anos coexistiu paralela à realidade, mesmo que com convergências e intercepções pontuais.-----

E, grosso modo, este relatório diz e confirma que a coligação “Somos Lamego” dizia a verdade e a verdade que o PS dizia ser verdade, afinal não era tão verdade, para ser simpático.-----

E passou a explicar, estão todos de acordo e o executivo também assim o diz. A responsabilidade deste Relatório e Contas é, na sua globalidade, do executivo socialista do mandato anterior e reconhece-se que as atividades desenvolvidas estão corretas e as

contas apresentadas estão corretas. Ou seja, de ponto de vista formal o relatório aqui apresentado por este executivo é fidedigno e isento.-----

E isso, já é um mérito deste executivo que foi capaz de apresentar um documento verdadeiro, rigoroso e focado, sem o viés que se tentou introduzir no primeiro relatório e contas do anterior executivo socialista, em 2018. Que, se bem se lembram, não foi aprovado pela oposição (no executivo e na Assembleia Municipal) também porque o Presidente de Câmara à data, e atual vereador, quis perverter o documento e inserir nele um conjunto de informação nada rigorosa e fora do âmbito da prestação de contas de 2017, em apreço, quando escreveu nele um conjunto de considerações facciosas sobre a questão do multiusos e da internalização da dívida da Lamego Renova. Este foi o grande motivo, pelo qual na altura, não se aprovou as contas de 2017.-----

De resto, pelo que sabe, durante os 3 mandatos anteriores liderados pelo Eng.º Francisco Lopes, o PS nunca aprovou a prestação de contas e só as aprovou em 2018 porque precisava mesmo de o fazer, pois não tinha outra alternativa, postura bem diferente do PSD e CDS que sempre deixaram passar os documentos fundamentais quer o plano e orçamento como também o da prestação de contas, com exceção que referiu em 2018, e que pelos vistos, também agora, felizmente, começa a ser percebido, por este novo mandato pelo PS. -----

Enfim, modos diferentes de encarar a intervenção e responsabilidades políticas, que felizmente parecem estar corrigidas, para melhor.-----

Mas não é por 2+2 serem 4 que as contas estão certas e estão bem-feitas, que está tudo bem. Não é por se ter baixado (supostamente) a dívida que a gestão foi boa.-----

Há outros prismas de análise e conceitos que são fundamentais, como a efetividade, eficiência e a eficácia. -----

Fez-se o que era preciso fazer? O que foi prometido fazer? Da forma que era preciso fazer? Com a qualidade dos resultados que todos esperavam? -----

Estas são as perguntas políticas que efetivamente devem ser feitas e que precisam de respostas suportadas nas evidências. E aqui, a narrativa afasta-se da verdade.-----

Se não veja-se alguns exemplos paradigmáticos que esta prestação de contas aqui em apreço afirma e confirma: -----

Apesar de ser ano eleitoral e do grande esforço para apresentar obra este Relatório e Contas afirma e confirma claramente que projetos PEDU. Apesar de 2021 ser ano eleitoral, dos 10 projetos PEDU que poderia ter iniciado e concluído no mandato anterior, apenas concluiu 3, talvez os mais fáceis.-----

Alguns deles tão mal executados que agora é necessário refazer, acrescentar obras fundamentais e rever custos.-----

Enfim, prova-se que não souberam aproveitar e implementar rapidamente os projetos PEDU que herdaram. Neste caso desvalorizou-os, ridicularizando-os (eram esquiços) mas, in extremis, foram busca-los à gaveta do fundo quando viu que não havia nada para apresentar na campanha eleitoral, desvirtuando alguns por razões técnicas,

eventualmente, por razões de pressa de construção, eventualmente, fazendo gastar mais dinheiro.-----

Um outro aspecto importante, em relação à dívida. É consensual que a obra foi insípida, anémica, quase residual, pode se ter divergência na intensidade. Se não houve obras, não houve despesa e as obras que se fizeram (que vinham quase todas do mandato anterior), foram feitas com recurso a empréstimos bancários (12 em todo o mandato), 5 este último ano para além de 4 empréstimos para substituir outros já existentes, empurrando a dívida para as gerações futuras, nalguns casos, por mais 20 anos (por exemplo o empréstimo do multiusos que já estava meio pago) e que ficará ainda mais caro.-----

Por isso, em relação á dívida, fica uma dúvida. Uma dúvida fundamental: como foi possível reduzir apenas de trinta e dois milhões de euros para vinte e quatro milhões de euros? ---- Se fosse mantido o ritmo previsto, a dívida em 2021 seria de vinte e um milhões de euros e não de vinte e quatro milhões de euros. No fundo, são mais três milhões de euros que seria espectável neste padrão de realização de despesa pouquinho -----

A bandeira e o repetido “sound bite” que ainda agora ecoa nas páginas do facebook do Vereador Ângelo Moura, acerca de Lamego ter saído da situação de saneamento financeiro em 2021, foi essencialmente o resultado de um processo previsto de abate da dívida por força das prestações que se foram pagando ao longo dos 4 anos do mandato, da contratação de novos empréstimos para pagar e substituir empréstimos anteriores, diferindo a dívida para as gerações vindouras, da falta de realização de despesa, que foi apenas de vinte e um milhões e quinhentos mil euros, numa execução orçamental de trinta e três milhões de euros (um carro parado ou em movimento curto e lento gasta bem menos que uma viatura que tem de circular de forma rápida entre diversos pontos de atividade) e, como se não bastasse, também se verifica que houve aumento das transferências do estado em bem mais de dois milhões de euros por ano, no âmbito do FEF (fundo de equilíbrio financeiro).-----

Por isso não se percebe tal “orgulho” quando, na prática, entre a dívida existente e os empréstimos que a Câmara Municipal de Lamego tem, somados, quase atingem o tal valor negativo de trinta e dois milhões de euros, com que o anterior executivo iniciou funções.---

E claro, confirma-se o aumento da despesa de gestão corrente. Em 2017 eram quinze milhões de euros e agora, em 2021, o município tem uma despesa de dezasseis milhões e quinhentos mil euros, valor similar a 2020. Ou seja, mais um milhão e meio de euros, por ano, a transferência de compromissos assumidos e não pagos para o ano seguinte. O que se disse dos dois milhões e quatrocentos mil euros que ficaram de 2018 para 2018... e até a gestão muito deficiente dos recursos humanos, em menor quantidade, menos qualificados, mais precarizados e até mais fragilizados por inexistência de serviço de medicina no trabalho.-----

Para terminar, sendo este um documento importante pelos dados que apresenta e pela informação que dele se retira e pela análise política que dele se faz, facilmente se constata neste corolário de fim de ciclo que, como se sabe, os erros de gestão de que o anterior

executivo vinha acusado, já foram sancionados nas eleições anteriores e aqui e agora se confirmam.-----

Porém, como já se disse, porque o relatório está formalmente correto, sem introdução de qualquer viés e a sua execução é essencialmente da responsabilidade do executivo anterior, a coligação “Somos Lamego” votará a favor.-----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz**, para fazer alguns reparos ao comportamento e à atuação do partido Socialista, neste último mandato e nesta última campanha eleitoral, mormente no debate da rádio. O Plano de Apoio Financeiro que o Município de Lamego contraiu, salvo erro em 2013, acusando o atual Presidente da Câmara, ser responsável por aquela dívida. Afirmou se o partido Socialista estivesse atento e soubesse o passado e se visse as coisas de forma correta, pois quando a coligação “Todos Juntos Por Lamego” ganhou as eleições pela primeira vez, a dívida da Câmara a fornecedores, era na ordem dos doze milhões de euros. Os fornecedores tinham que andar atrás do Presidente da Câmara, pois havia dívidas com dois anos, no mínimo.---

O que aconteceu, o que acontecia na Câmara de Lamego, acontecia em dezenas de câmaras no País. O Governo, na altura, colocou à disposição dos municípios, o pagamento dessas dívidas, até a uma determinada data. Apresentaram aqueles valores e a partir daí fez-se o empréstimo, com esta condição, pagar a todos os fornecedores, no máximo até 90 dias e tinham que abater à dívida 10% todos os anos. Portanto foi um empréstimo de dívidas a fornecedores, se não o que seria desses fornecedores. É verdade que se diga que a Câmara de Lamego aceitou, também houve municípios que não fizeram, porque não queriam ver controladas as suas contas pelo Ministério da Finanças. O Município de Lamego cumpriu. Recomendou ao membro Pedro Torres que fosse ler as atas da Assembleia Municipal do último mandato da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, está lá inscrito que se cumpriu, está dito por ele que, com a continuidade do pagamento dos 10% ao ano, em finais de 2020, o que quer dizer que em 2021, a Câmara Municipal de Lamego já podia contrair empréstimos, sem ir pedir autorização ao Ministério da Finanças. As câmaras que tinham dívidas a curto prazo, podiam fazer, dívidas a curto prazo, no máximo de um ano, dívidas para lá disso tinha que vir autorização do Ministério das Finanças.-----

Disse que isto, afirmou-o numa das Assembleias, que a futura câmara que tomar posse, está numa situação, de final de mandato financeira boa. Já podia contrair empréstimos para investimento. Não para contrair empréstimos para despesas correntes.-----

O partido Socialista, na sua campanha, usaram expressões “pagamos ao PAF”, pois pagaram, mas foram buscar uma dívida de cinco milhões de euros, e depois prolongaram-na por mais vinte anos, mais de vinte anos, até 2040, renegociar, pois a coligação nunca renegociou dívida alguma. Perguntou o que fez o partido Socialista. Foi à banca renegociar, isto quer dizer o que? Pois quando uma empresa ou um particular vai negociar uma dívida à banca, a banca diz que não tem capacidade de pagar, por isso é que vai renegociar. Porque a empresa ou pessoa que tem capacidade de pagar não vai renegociar uma dívida, foi essa imagem que o partido Socialista deu do Município de Lamego.-----

Por outro lado, já foi referido, o partido Socialista no comunicado, da sua comissão política, do mês de agosto passado, entre outras coisas, dizia lá da responsabilidade que o Município anterior, deixou, os tais dois milhões e duzentos mil euros, de compromissos assumidos para o orçamento seguinte, ou seja de 2018. Perguntou o que é que isto quer dizer, o partido Socialista nessa altura, ou então a comissão política não estava bem informada, já sabia que o Município que presidia, já estava a comprometer dois milhões e quatrocentos mil euros, mais do que o anterior. Isto é que é uma mentira. O partido Socialista mente, demonstram uma falta de ética e de conduta política. Pois ao saberem que iam deixar uma herança de dois milhões e quatrocentos mil euros e estavam a criticar a outra não é correto., é uma falta de ética, Então sabendo-se que se vai ter uma dívida, vai fazer uma dívida e vai criticar a dívida que o outro deixou, deixando uma maior. Isto é a forma de atuar do partido Socialista nas campanhas políticas, iludem e mentem.-----

Perguntou se o partido Socialista disse que ia deixar uma herança de dois milhões e quatrocentos mil euros, não o disse, quando já sabia que isso ia acontecer. Disse que são estas situações e esta maneira de estar do partido Socialista que ele critica, que a coligação critica. Há que ser claro, quando não se pode falar, é melhor estar calado. É esta a posição que assume ser correta. Não é com esta maldade, foi tudo a iludir o eleitorado. Afirmou que nos mandatos da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, cumpriu-se religiosamente, e se a memória não lhe falha, a média dos pagamentos era de 70 dias, a coligação foi sempre de boas contas, não foi o executivo socialista de boas contas.-----

Disse que o membro Pedro Torres falou aqui também na questão da Lamego Renova, e da Lamego Convida, pois o partido Socialista nunca gostou das obras que foram feitas por aquelas empresas, a recuperação do Teatro, as piscinas, se não fossem aquelas empresas não havia aquelas obras em Lamego. Disse ser verdade que houve umas contas que foram reprovadas, foram as do último mandato. Pois por aquilo que ele sabe, não altura, era do conhecimento que a Lamego Renova, onde o Tribunal de Contas não tinha nada a ver com isso, pois devolveu o processo, porque era uma parceria público/privada, por isso não tinha nada que se pronunciar.-----

Em relação à água, teve o executivo socialista que fazer um empréstimo para pagar às Águas do Norte, a coligação nunca fez nenhum empréstimo relacionado com as águas, mas renegociava e fazia os pagamentos com as águas.-----

O membro Pedro Torres devia saber como é o contrato que ainda existe entre as Águas do Norte e o Município de Lamego, este contrato era por objetivos. Se o Concelho de Lamego, durante um ano gastasse, por exemplo, cinco milhões de metros cúbicos de água, mas os objetivos no contrato tinham que ser oito ou nove milhões de metros cúbicos. Tinha-se que pagar essa água e a asneira que se fez de início, o Município quis ser cumpridor, pagava tudo isso, até que chegou a uma altura, que travou. Travou, essa dívida agora já está numa situação como aconteceu com muitos municípios deste país, mas isso aumentou a despesa da Câmara com a água. A água, dizia-se na altura, ia ser o “calcanhar de aquiles” da Câmara, porque ia dar cabo das finanças da Câmara nesse

negócio, nesse acordo que fizeram. Afirmou que não critica o Presidente da Câmara, na altura, foi numa altura que Lamego não tinha água, mas um negócio daqueles nunca era de se fazer. Então faz-se um acordo por objetivos, objetivos que nunca se iam atingir, com a diminuição da população lamecense. Portanto tudo isto deu esta consequência das águas, e daí, haver necessidade, de vez em quando, fazer esses acordos.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que membro Pedro Torres refere-se aqui à reserva que o Revisor de Contas coloca em relação ao empréstimo da Lamego Renova e à sua internalização, entendendo que deveria ter sido sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas. É um conceito um pouco difícil de compreender, na medida em que o empréstimo já contraído, não pode ser sujeito a visto prévio, porque ele já existe. Existem pareceres jurídicos que suportaram a decisão, que na altura, se tomou na Câmara e Assembleia Municipal, que indicam para a não submissão a visto desse empréstimo. Mas é esse o entendimento, desde essa altura, do Revisor de Contas, que repete todos os anos, no seu parecer, nas Contas de Gerência. -----

Ele, pessoalmente, entende que faria mais sentido, o senhor Revisor de Contas incluir uma referencia aos novecentos mil euros que foram pagos pelo anterior executivo no contrato de transportes, que teve recusa de visto. Porque aí, não há qualquer dúvida, do ponto de vista jurídico, de que se trata de um pagamento ilegal, absolutamente ilegal, porque desrespeita uma condição básica, que é a legalidade do contrato. Um contrato que tem recusa de visto do Tribunal de Contas, torna-se num contrato nulo, portanto, não existe. A própria Câmara entendeu assim, deliberou declarar a nulidade do contrato, mas mesmo assim, há um pagamento de novecentos mil euros, feito em violação da Lei e que, transforma as chamadas contas certas, em contas muito erradas.-----

Não é esse o entendimento do Revisor de Contas, o seu entendimento pessoal, técnico, tanto quanto um engenheiro pode falar de contas é que não é assim.-----

Segunda questão, também diz o membro Pedro Torres, que em 2016 não havia concordância do Revisor de Contas, relativamente às contas, é mentira. O parecer do Revisor de Contas está em minuta, anexo às contas apresentadas, não está assinado, porque as contas não foram aprovadas em reunião de Câmara, e portanto, o Presidente da Câmara não podia apresentar umas contas que não tinha. Mas, junto das contas que foram chumbadas, existe o parecer, em minuta, do Revisor de Contas, que é um parecer, absolutamente, favorável, nos mesmos moldes em que é, por exemplo, o parecer que acompanha estas contas. E esse parecer foi submetido também ao Tribunal de Contas, juntamente com a conta de gerência de 2016, que foi chumbada. -----

Relativamente aos empréstimos, afirmou que, efetivamente, transformar um acordo de pagamento com as Águas do Norte num empréstimo de médio/longo prazo, a seu ver, também é uma ilegalidade, que também transforma estas contas certas em contas muito erradas. O que o anterior executivo fez, foi deixar de pagar as águas às Águas do Norte, durante um ano e meio, para acumular uma dívida e esse dinheiro que recebeu dos municípios gastou-o, em qualquer coisa, que não se sabe .o que Depois fez o acordo de

pagamento, e depois autorizou a cedência do acordo de pagamento ao Banco Europeu de Investimentos, assumindo um empréstimo de facto, um empréstimo de médio e longo prazo.-----

Como dizia e muito bem o membro Constantino Vaz, este foi um empréstimo que não foi contraído para fazer investimento, foi contraído para fazer despesa corrente, para pagar água que já foi para o esgoto. Vai-se andar quinze anos a pagar algo que já não serve a ninguém, e isso é muito diferente de contrair empréstimos para fins de investimento. -----

Quanto aos empréstimos serem contraídos em melhores condições é verdade, as taxas de juros são mais baixas, mas sendo a maturidade maior, vai-se pagar menos juros durante muito mais tempo. E portanto, em todos os empréstimos que foram renegociados, exceto no saneamento financeiro, em que de facto, há um benefício, porque a redução da taxa de juro é muito grande, em todos os restantes o custo para o Município é o mesmo.-----

No que concerne ao saneamento financeiro, dizer-se que o Município saiu do saneamento financeiro, só porque pagou o empréstimo de saneamento financeiro com outro empréstimo. O montante da dívida é, exatamente, o mesmo, a única diferença a que a Lei prevê que um conjunto de empréstimos sejam excepcionados, e portanto, há um cálculo do endividamento para efeitos do limite, que é diferente. Disse que essas questões não vale a pena contestá-las aqui, nem referi-las, é o que a Lei prevê. Em 2005, só contava para a dívida, a dívida de médio e longo prazo, a dívida a fornecedores de curto prazo não contava para o endividamento.-----

Entretanto a Lei mudou e muito bem, sendo mais rigorosa, sendo mais exigente, e nos últimos dois anos, por força da pandemia, abriu algumas exceções, que acha que também fazem sentido, de permitir que determinado tipo de empréstimos não sejam contabilizados para o limite de endividamento. Mas a verdade continua a ser uma, a dívida está lá e devia ser menor e não foi porque o anterior executivo geriu mal quer o endividamento quer, sobretudo, o pagamento de despesas correntes com endividamento de médio e longo prazo.-----

Relativamente à execução orçamental, disse que é desnecessário, estar-se aqui a esgrimir argumentos, relativamente à execução orçamental, se foi de 75%, se foi de 95%. Se se fizer uma alteração orçamental aprovada nesta Assembleia, para baixar o orçamento global, para fazer com que a percentagem de execução subisse acima dos 85%, cumprindo o rácio legal, até se podia por a 100%. bastava perguntar ao Chefe de Divisão de Finanças e Património qual é a execução previsível a 31/12. São vinte e oito milhões de euros, então vai-se fazer uma alteração modificativa ao orçamento para por o teto do orçamento em vinte e oito milhões. A execução orçamental seria 100%. Foi sempre isso o que se fez, não é isso que conta. O que conta são os vinte e um milhões de euros executados, e que deveriam ter sido pagos e não o foram, porque transitaram despesas assumidas e não pagas para o ano seguinte.-----

Afirmou que esse é o desafio deste executivo, controlar a despesa corrente, aumentar a despesa de investimento, fazer as despesas necessárias e onde são necessárias,

nomeadamente nas freguesias, nas áreas de água e saneamento, das acessibilidades e dos equipamentos municipais, e se necessário for, depois de se esgotar todas as fontes de financiamento, sobretudo, as relativas a fundos comunitários, que é um dinheiro que não tem spreads, não tem taxas de juro, não tem nada, é a fundo perdido. Depois de se esgotar essas condições de financiamento, se for necessário irá à banca, sem ter medo de dizer, que se vai à banca contrair os empréstimos necessários, para fazer os investimentos que, consensualmente, executivo e assembleia municipal, e os Presidentes de Juntas em particular, entendam ser necessários para o desenvolvimento futuro deste Concelho de Lamego. Foi sempre assim que se fez no passado, é isto que se irá fazer no mandato que se está a começar. -----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e um voto contra.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte declaração de voto: *O grupo municipal do partido Socialista congratula-se pela aprovação destas contas, demonstrando aquilo que está claro e inequívoco, contas certas, contas cumpridoras. Não deixando, logicamente, de achar, no mínimo, estranho, depois de tanta crítica e de forma clara e inequívoca, por parte da coligação “Somos Lamego”, que tenham acompanhado este sentido de voto”*.-----

### 2.3. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA 1,<sup>a</sup> MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

*“Considerando que:-----*

*a) Consta da informação da Gestão Financeira n.º 1549/2022, os fundamentos para a alteração modificação ao orçamento & GOP’S 2022, este aprovado em 28 de dezembro de 2021, pela Assembleia Municipal;-----*

*b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa.-----*

*A alteração modificativa engloba a incorporação de verbas provenientes de novas candidaturas e a integração do saldo de gerência.-----*

*Considerando que:-----*

*• De acordo com o mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, em anexo, o saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 2021 para a gerência de 2022, de 2.063.257,90€, encontra-se na posse do serviço. -----*

*A presente modificação ao Orçamento assenta, num reforço da Receita em 2022, no valor de 4.300.000,00€, e num aumento da Despesa de igual valor.-----*

*Nesta conformidade, submeto à consideração superior:-----*

*1- Elaboração e submissão pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alteração modificativa orçamental, no montante total de 4300 000,00€;-----*

*2- Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.*-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer um esclarecimento sobre este ponto, as alterações orçamentais modificativas, têm que ser aprovadas aqui na Assembleia. Está-se perante uma alteração orçamental modificativa, sempre que exista um aumento global da despesa prevista com exceção das exceções previstas na Lei e ou a inclusão de uma nova rubrica não prevista inicialmente. Esta alteração engloba a incorporação de verbas provenientes de novas candidaturas e integração do saldo de gerência, não fosse a receita de quatro milhões e trezentos mil euros, e acompanhado pelo mesmo montante na despesa. Portanto, trata-se, efetivamente, de uma alteração modificativa orçamental, tem que ser aqui apreciada e votada.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, pensa que a alteração é auto explicativa, do ponto de vista da receita, onde se faz a incorporação do saldo de gerência, e isso justifica só por si o aumento do orçamento.-----

Relativamente à despesa, vai-se incorporar um conjunto de novos projetos, a inscrever em plano, nomeadamente a residência de estudantes, habitação social, os bairros digitais, a recuperação da escola Fausto Guedes Teixeira para equipamento social e o parque da saúde.-----

Tem-se ainda, como despesas importantes, um processo de renovação das viaturas municipais e um processo de aquisição de moinhos para requalificação e integração num projeto turístico que se está desenhar.-----

São despesas que pensa que são compreensíveis, justificadas e que merecerão a concordância de todos.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que concorda em quase tudo o que disse o Presidente da Câmara à exceção de um único ponto.

Clarifica-o, por uma questão muito simples, a requalificação da escola Fausto Guedes Teixeira para equipamento social, não tem a ver, propriamente, com o facto de se vir a tornar uma questão de equipamento social. Mas há aqui uma discordância, meramente, por uma questão muito simples. Pois aquele mesmo espaço estaria e até em contrário, não tem informação contrária, estava destinado ou estará ainda destinado, não se lembra de qualquer revogação dessa mesma decisão, para ser a sede das Águas Douro Sul. E portanto, não se consegue compreender aqui, como é que o mesmo espaço vai ser a sede das águas e vai ser um novo equipamento social.-----

Que fique claro e inequívoco, di-lo de forma clara e aberta. O equipamento será para transferir a APITIL, do espaço onde está agora, para a escola. Nada há a opor em relação a essa decisão ou qualquer outra.-----

Aliás que até se poderia, logicamente, até ver e rever, dentro daquilo que está a ser feito pela APITIL, situações idênticas que poderão estar outras IPSS'S e outras instituições de cariz social, se calhar também necessitam do mesmo conforto, do mesmo reforço. A única

questão aqui, é uma questão de forma, não parece correto que, de facto, um equipamento, que já estava destinado para um fim, sem haver uma revogação, agora se coloque aqui duas coisas, uma em cima da outra. Se de facto, essa situação não for regularizada, não restará outra hipótese ao grupo municipal do partido Socialista, não ser a abstenção, porque há uma concordância total na sua base. Há aqui um problema de forma. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres, dizendo que pensa que esta questão não é muito justificável, na medida em que a Associação Águas Douro Sul não existe, existe formalmente, mas não tem atividade. Neste momento, não tem se quer corpos sociais e os municípios associados irão ter que decidir sobre o futuro desta associação.-----

A Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, que neste momento volta a ser presidida por ele próprio, em representação do Município de Lamego, irá assumir, diretamente a gestão do processo da integração das águas e saneamento em baixa, e portanto, irá voltar a apresentar um estudo para a integração dos diversos municípios do Douro Sul, numa estrutura única de gestão das águas. Em princípio não passará pelas Águas Douro Sul. Disse ser prematuro estar a reservar um edifício municipal, que se está a degradar, aceleradamente, e se está a degradar, não apenas porque o tempo degrada as coisas, mas também porque a intervenção que foi feita no Bairro de Alvorações, e que removeu o muro envolvente à antiga escola n.º 1, tem provocado situações de vandalismo, que são, de facto inaceitáveis e danosas para o edifício. E portanto, ter aquele edifício reabilitado e ocupado, aproveitando os fundos comunitários, uma candidatura que estava aberta, neste momento está em apreciação, parece, claramente, a melhor solução. Sem se por em causa, que a futura entidade gestora de água e saneamento para os municípios do Douro Sul, tendo sede em Lamego, terá instalações adequadas e condignas e, se possível, cedidas pela Câmara de Lamego, nos termos em que foi deliberado oportunamente.-----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e catorze abstenções.-----

## 2.ºPERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

### 2.4- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

### 2.5- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrada a sessão às treze horas e vinte e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico